

O ACESSO DA MULHER AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO *

CARMEN LÚCIA DE MELO BARROSO **

GUIOMAR NAMO DE MELLO **

RESUMO

O presente trabalho analisa a situação da mulher no ensino superior brasileiro e seu desempenho nos exames vestibulares. Tomando como referência a notável expansão desse grau de ensino nos últimos anos, as autoras examinam como evoluiu a participação da mulher nos diferentes cursos universitários, e fazem uma análise das escolhas de carreiras pelas vestibulandas. Realizam ainda estudo do desempenho dos vestibulandos de São Paulo e Rio de Janeiro, com especial atenção à variável sexo, e sugerem linhas de pesquisa que possibilitem aprofundar aspectos relativos à escolha vocacional e ao desempenho acadêmico da mulher.

SUMMARY

Women's access to higher education — This paper analyses the situation of women at the Brazilian universities and their performance at the college entrance examination. Taking in account the great expansion this level of education has shown in recent years, the authors examine the kind of evolution women participation has had in the various areas of study at the university and make an analysis of the careers choice of the candidates taking the college entrance examination. An analysis of the student's performance at this examination, based on the variable set, is also reported and the authors suggest possible lines of research that could more deeply explore those aspects related to the occupational choices and academic performance of female students.

O objetivo do presente trabalho é discutir algumas questões relativas ao acesso e à participação da mulher no ensino superior brasileiro. Inicialmente, focalizaremos nossa análise na representatividade da população feminina nesse nível de ensino e sua distribuição pelos diferentes cursos. A seguir, discutiremos principalmente dados relativos ao desempenho de moças e rapazes no vestibular.

O assunto é importante para a definição de uma política educacional simplesmente porque metade da população potencialmente interessada em ingressar no ensino superior é constituída de mulheres. Diante da crescente expansão desse grau de ensino, principalmente a partir de 1967-1968, cabe indagar até que ponto esse fato vem redundando em maior abertura das oportunidades de acesso para os elementos do sexo feminino. Em outras palavras, trata-se de dis-

cutir a questão da democratização da educação universitária em termos da equidade de oportunidades para ambos os sexos. De um ponto de vista social mais amplo, a reflexão a respeito da situação da mulher no ensino superior ganha relevância na medida em que este ensino desempenha importante papel para a ascensão social das pessoas que a ele têm acesso. Num momento em que os papéis sexuais tradicionais estão sendo questionados e redefinidos em diferentes sociedades, e em que a situação de inferioridade social e econômica da mulher já não é pacificamente aceita, seu acesso às oportunidades de formação universitária pode ser considerado como um objetivo intermediário importante para atingir maior igualdade entre os sexos no mundo do trabalho e na organização social em geral.

A MULHER NA CLIENTELA POTENCIAL DO ENSINO SUPERIOR

Embora a conclusão do colegial dê ao jovem ou à jovem direito de ingressar em qualquer área do

* Comunicação apresentada à XXVII Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, julho de 1975.

** Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

ensino superior, os diferentes ramos ou habilitações em que se divide aquele grau tornam esse direito bastante limitado. Mecanismos de seleção econômica — que operam de forma mais ostensiva nos primeiros anos de escolarização — funcionam ainda no final da escola média, facilitando ou dificultando o acesso às várias alternativas de formação que o 2.º grau oferece, seja em termos de organização curricular, seja em termos de qualidade de ensino. Desse modo, na prática, não existe igualdade de condições entre portadores do mesmo diploma ou cer-

tificado de conclusão de curso, quando se propõem a disputar uma vaga em nossas escolas superiores.

Mecanismos de seleção cuja gênese e natureza são diferentes, mas de efeitos semelhantes, parecem atuar com relação ao sexo dos alunos. Coexistindo com os obstáculos econômicos, talvez reforçando-os, essa seleção se traduz numa distribuição bastante desequilibrada de moças e rapazes pelos vários ramos ou habilitações do ensino colegial, como se pode verificar na Tabela 1.

TABELA 1 — PORCENTAGENS DE MULHERES ENTRE OS ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O 2.º CICLO DO ENSINO MÉDIO. BRASIL*

	1955	1960	1965	1970
Ensino Secundário Científico	21 (14 770)	21 (19 389)	29 (37 290)	38 (81 115)
Ensino Secundário Clássico	49 (2 394)	63 (3 636)		
Ensino Comercial	30 (12 453)	33 (17 667)	31 (28 237)	33 (46 710)
Ensino Normal	88 (15 727)	97 (18 948)	97 (41 836)	92 (89 089)
Ensino Industrial	6 (480)	5 (1 022)	11 (3 229)	13 (7 129)
Ensino Agrícola	26 (130)	18 (439)	6 (715)	4 (1 525)
Ensino Artístico	—	—	—	70 (33)
Ensino de Economia Doméstica	—	—	—	100 (312)
Total	48 (45 954)	50 (61 101)	54 (111 307)	57 (225 913)

FONTE: MEC. Secretaria Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Sinopse do ensino médio*. Rio de Janeiro (1956, 1960, 1969 e 1972).

* Números apresentados entre parênteses são os totais sobre os quais as porcentagens foram calculadas.

A expansão verificada no ensino colegial pode ser avaliada pelo aumento do número total de concluintes, que em 1970 é 4,9 vezes maior que em 1955. Ao mesmo tempo, a proporção de mulheres nesse número total tende também a aumentar de modo que, a partir de 1965, elas já eram mais numerosas que os homens entre os formandos. Todavia, o que merece atenção nesses números é que tanto o aumento quantitativo do colegial quanto a crescente participação da mulher nesse grau de ensino não produziram mudanças no padrão de distribuição dos dois sexos pelos diferentes ramos. As moças predominam no curso normal e, no caso dos cursos propedêuticos, no ensino de tipo clássico.

Nos anos de 1955 e 1960, para os quais existem dados separados de clássico e científico, a porcentagem de moças concluintes deste último não só é pequena (21%), como se mantém inalterada num período de 5 anos. No clássico, bem menos expressivo numericamente, essa porcentagem já é mais alta em 1955 (49%), e ainda apresenta aumento considerável em 1960 (63%). A partir do momento em que a divisão desses dois ramos desaparece e é reunida sob a denominação de secundário, a porcentagem de alunos de sexo feminino, ainda baixa, aumenta de 29 em 1965 para 38 em 1970. Entretanto, como a legislação possibilita organizar o currículo

do ensino de 2.º grau com diferentes ênfases, desde que se respeite o núcleo de disciplinas comuns, é possível que o aumento observado não corresponda a uma redistribuição dos dois sexos pelas duas principais orientações curriculares dos ramos propedêuticos. Na prática, mesmo após a Lei 5.692 — que introduziu a reforma do ensino de 1.º e 2.º graus, em 1971 — continuam existindo não apenas cursos de diferentes níveis de qualidade, como permanecem as diferenças entre cursos profissionalizantes e acadêmicos e, entre estes, cursos científicos e clássicos. Uma formação mais semelhante de moças e rapazes provavelmente faria com que, no ensino superior, a participação das moças pudesse se realizar em condições de maior igualdade.

A altíssima porcentagem de mulheres entre os alunos do curso normal é, provavelmente, o dado mais importante para tornar clara a estratificação baseada no sexo, existente na clientela potencial do ensino superior. Como mostra a Tabela 1, o curso normal, além de ser eminentemente feminino, possui expressão numérica igual ou superior à dos demais ramos, propedêuticos ou profissionais. A grande procura do curso normal pela população feminina é uma tendência que, no período estudado, não apresenta mudança, no país como um todo. Desse modo, a maioria das moças concluintes do colegial provém desse curso e, conforme se vê na Tabela 2, a porcentagem, em 1970, mantinha-se exatamente igual à de 1955: 63%.

TABELA 2 — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RAPAZES E MOÇAS POR CURSO COLEGIAL CONCLUÍDO. BRASIL.

	1955	1960	1965	1970
<i>Rapazes</i>				
Propedêutico (Científico e Clássico)	54	55	52	52
Normal	8	2	3	7
Outros ramos (Com., Ind. e Agríc.)	38	43	45	40
TOTAL	100	100	100	100
	(24 088)	(30 408)	(50 867)	(96 255)
<i>Moças</i>				
Propedêutico (Científico e Clássico)	19	21	18	24
Normal	63	60	67	63
Outros ramos (Com., Ind. e Agríc.)	17	19	15	13
TOTAL	100	100	100	100
	(21 866)	(30 693)	(60 440)	(129 313)

Fonte de dados brutos: MEC. Secretaria Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Sinopse do ensino médio*. Rio de Janeiro (1956, 1960, 1969 e 1972).

Nos cursos propedêuticos, o quadro também apresentou muito pouca alteração: em 1970, assim como em 1955, mais da metade dos rapazes concluintes do 2.º grau provinha desses cursos. Quanto às moças, essa proporção não chegou a atingir 1/4 das formandas.

A forma como está organizado nosso ensino superior e o grau de concorrência nos exames vestibulares — tanto maior quanto mais “nobres” as carreiras para as quais conduzem — tornam bastante limitadas as chances dos indivíduos que não fizeram cursos colegiais de orientação mais acadêmica. Embora o cursinho talvez possa preencher lacunas de formação, isso implica em custos e esforços adicionais maiores para os que não iniciaram sua preparação desde o final do 1.º grau e querem disputar uma vaga nas escolas e cursos de melhor qualidade. Desse modo, a moça portadora do diploma de pro-

fessora primária, caso queira prosseguir estudos, provavelmente terá de limitar suas opções aos cursos superiores das áreas de ciências humanas ou letras, a não ser que reúna qualidades excepcionais. Uma escolha feita numa idade em que a estabilidade e maturidade de interesses e aptidões é ainda duvidosa condiciona, desse modo, o destino profissional de boa parte da clientela feminina de nosso sistema escolar.

A distribuição desigual dos sexos pelas alternativas de formação, ao nível da escola média, torna bastante teórica a equidade de moças e rapazes na concorrência para o ensino superior. Os rapazes que aspiram a esse ensino, em sua maioria concluintes do científico, possuem maiores chances de ingressar nas carreiras de ciências biológicas e exatas, que são socialmente mais valorizadas do que aquelas nas quais os egressos do curso normal, ou mesmo do

clássico, conseguem entrar mais facilmente. Pode-se mesmo afirmar que, à mulher, aplica-se uma dupla seleção. Vencidas as barreiras de natureza econômica que dificultam o acesso de homens ou mulheres ao ensino superior — ou pelo menos a algumas escolas ou cursos desse nível — ela deve também superar obstáculos de natureza psico-social que, quando não impedem que curse uma faculdade, delimitam carreiras como sendo mais adequadas para ela.

Esses obstáculos constituem-se dos valores ou estereótipos relativos ao papel social da mulher, veiculados sutil ou ostensivamente pela família, por outros grupos de referência e pelos meios de comunicação de massa, e reforçados pelo sistema escolar. A grande concentração da clientela feminina no curso normal sugere limitações ou, pelo menos, certa ambivalência nas aspirações dessas jovens. Não sendo a profissão considerada o destino prioritário da mulher, é possível que as famílias e as próprias jovens considerem mais seguro fazer um curso ao final do qual ela se encontre habilitada ao exercício de uma profissão, ainda que esta seja de pouco prestígio e baixa remuneração. E isto talvez seja mais freqüente entre as moças de origem mais modesta. Gouveia (1970) verificou que a aspiração de exercer o magistério primário é maior entre normalistas de classes mais desfavorecidas. Levando-se em conta a origem social do indivíduo, é possível justificar a escolha do curso profissional a partir do senso de realidade que, presumivelmente, preside tal escolha. Todavia, no caso da mulher de origem mais humilde, a escolha do curso normal adquire um significado peculiar. Em primeiro lugar, não se trata de um curso cujo mercado de trabalho esteja em desenvolvimento. Ao contrário, em algumas regiões há excesso de professoras primárias. Por outro lado a educação de um modo geral e especialmente o magistério primário, no qual se lida com crianças, é considerado uma ocupação adequada para a mulher por ser semelhante àquelas para as quais é naturalmente destinada segundo o estereótipo vigente.

Os resultados obtidos na amostra de normalistas da pesquisa de Gouveia indicam que a escolha do magistério primário está também associada a maior grau de tradicionalismo e, também, que o curso normal pode mesmo não constituir uma escolha profissional, para uma parte das jovens que o procuram, mas apenas uma forma mais elaborada de preparação para o destino doméstico. Cerca de 24% do total das normalistas desejavam ser exclusivamente donas de casa e, no caso das jovens de classe média alta, essa aspiração correspondia ao mais alto grau de tradicionalismo. Por outro lado, muitas das jovens normalistas investigadas manifestaram desejo de exercer outras profissões que não o magistério primário. Estas jovens provavelmente não souberam ou não tiveram oportunidade de escolher de forma adequada o curso colegial.

Nossa hipótese de que a escolha predominante do normal entre as moças ancora-se em valores tradicionais relativos ao papel de homens e mulheres, pode ser reforçada pelo fato de que, no Estado de São Paulo, ao contrário da tendência geral, houve diminuição nas matrículas do curso normal (São Paulo, 1973). Sendo o estado mais industrializado da União, São Paulo apresenta um mercado de trabalho mais diversificado, o que pode significar novas perspectivas profissionais para a mulher. Além disso, é possível que o processo de industrialização esteja de certo modo encorajando, pela emergência de valores menos tradicionais, as moças a fazerem escolhas vocacionais menos estereotipadas sexualmente.

Dos demais ramos do ciclo colegial, constantes da Tabela 1, apenas o comercial possui expressão numérica importante. Neste, a porcentagem de mulheres concluintes manteve-se praticamente a mesma, em torno de 30%, no período estudado. Embora essa porcentagem represente número razoável de alunos, estes, sejam homens ou mulheres, não estão em condições de igualdade na disputa por vagas do ensino superior, pois o ensino comercial é talvez o de pior qualidade em nosso sistema educacional, sendo freqüentado pelos indivíduos das camadas mais pobres, mantido quase sempre por escolas particulares de poucos recursos.

Em resumo, apesar da expansão quantitativa do ensino de 2.º grau e de mais da metade de seus concluintes serem do sexo feminino, é possível que parte dessas jovens encerrem nessa altura suas carreiras profissionais, por não terem desenvolvido, ao longo de sua socialização, expectativas e aspirações mais ambiciosas. As que prosseguem os estudos, por serem em sua maioria egressas de cursos normais ou clássicos, deverão investir maior esforço, tempo e dinheiro, em sua preparação, se quiserem cursar as escolas superiores mais concorridas, que conduzam às carreiras mais prestigiosas da hierarquia ocupacional. Provavelmente, apenas as mais altamente motivadas e dotadas intelectualmente estarão em condições de transpor esses obstáculos. As demais acabarão preferindo tornar a formação universitária uma extensão da escolha vocacional feita quando ingressaram no curso de 2.º grau. Conforme se discutirá a seguir, isto torna a crescente participação da mulher no ensino superior bastante seletiva.

A EXPANSÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ENSINO SUPERIOR E O AUMENTO DA CONCENTRAÇÃO EM DETERMINADAS CARREIRAS

O ensino superior cresceu a taxas extraordinárias nos últimos tempos, em função tanto do aumento da clientela potencial deste grau de escola-

TABELA 3 — PORCENTAGEM DE MULHERES ENTRE OS ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO — ENSINO SUPERIOR — BRASIL.

	1956	1961	1966	1971
Engenharia	2 (8 223)	2 (11 423)	2 (26 595)	3 (39 433)
Agronomia	3 (1 274)	4 (2 165)	5 (4 839)	7 (6 404)
Veterinária	3 (730)	6 (833)	10 (1 991)	13 (2 743)
Ciências Econômicas e Adm. de Empresas	6 (6 354)	7 (10 071)	11 (24 027)	15 (52 218)
Direito	12 (20 607)	15 (23 519)	21 (36 363)	25 (76 906)
Arquitetura	14 (1 629)	16 (1 646)	27 (2 774)	36 (4 591)
Odontologia	17 (4 808)	19 (5 572)	29 (6 794)	35 (8 571)
Medicina	20 (12 650)	12 (10 365)	16 (17 152)	24 (30 990)
Farmácia	34 (1 621)	28 (2 427)	42 (2 619)	50 (4 185)
Física, Química, Matemática e Biologia ^{a)}	38 (2 852)	38 (3 595)	42 (7 637)	49 (34 310)
Comunicações	38 (461)	44 (517)	52 (1 436)	52 (4 305)
Educação Física	46 (586)	36 (544)	44 (1 140)	44 (8 615)
Letras, Ciências Humanas e Filosofia ^{b)}	67 (10 555)	69 (17 756)	73 (35 785)	77 (114 975)
Serviço Social	77 (1 194)	83 (1 578)	90 (3 121)	95 (6 352)
Enfermagem	99 (1 592)	99 (1 608)	95 (1 266)	94 (2 882)
TOTAL	26 (78 659)	29 (98 892)	31 (180 101)	40 (561 397)

FONTE de dados brutos: MEC. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Sinopse Estatística do Ensino Superior* (1956, 1961, 1966, 1971).

NOTA:

1. Dos cursos classificados em "Filosofia, Ciências e Letras", são apresentadas duas categorias:
 - a) Física, Química, Matemática e Biologia.
 - b) Ciências Sociais, Geografia, História, Psicologia, Filosofia, Letras e Pedagogia.
2. Dos demais cursos, são apresentados os que tiveram mais de 1.100 matriculados em 1956 e/ou mais de 2.200 em 1971.
3. Os cursos que não satisfazem o critério acima são incluídos no total mas não apresentados isoladamente.
4. A categoria "Comunicações" em 1956 e 1961 inclui apenas o curso de Jornalismo.

rização, como de fatores políticos e econômicos. De menos de 100.000 alunos em 1961, passou a ter mais de meio milhão dez anos depois, como mostra a Tabela 3.

Apesar da grande expansão quantitativa em termos globais, é importante mencionar que o cresci-

mento das matrículas no ensino superior deu-se em ritmos bastante diferentes pelos diferentes cursos, bem como pelas entidades mantenedoras. Na Tabela 4 pode-se verificar que, tanto em termos absolutos como relativos, alguns cursos expandiram-se muito mais do que outros.

TABELA 4 — CRESCIMENTO DAS MATRÍCULAS DOS DIVERSOS RAMOS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO ENTRE 1956 E 1971

	Crescimento Relativo ^a	Crescimento Absoluto ^b
Odontologia	1,78	3 763
Enfermagem	1,81	1 290
Medicina	2,45	18 340
Farmácia	2,58	2 564
Arquitetura	2,82	2 962
Direito	3,73	56 299
Veterinária	3,76	2 013
Engenharia	4,80	31 210
Agronomia	5,03	5 130
Serviço Social	5,32	5 158
Ciências Econômicas e Adm. de Empresas	8,22	45 864
Comunicações	9,34	3 844
Letras, Ciências Humanas e Filosofia	10,89	104 420
Física, Química, Matemática e Biologia	12,03	31 458
Educação Física	14,70	8 029
TOTAL	7,14	482 738

a) Índice obtido pela divisão do número de alunos matriculados em 1971 pelo número de alunos matriculados em 1956.

b) Diferença entre o número de alunos matriculados em 1971 e o número de alunos matriculados em 1956.

Fonte de dados brutos: MEC, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, *Sinopse Estatística do Ensino Superior*, (1956 e 1971)

De modo geral, as matrículas em estabelecimentos privados de ensino superior aumentaram mais do que nos estabelecimentos públicos, sejam universidades ou isolados: em 1960, do total de matrículas do ensino superior, 57,2% eram do ensino público e, em 1970, essa porcentagem era de 49% (Cunha, 1975). Tanto a expansão geral do ensino superior como o padrão de crescimento diferencial por cursos e entidades são provavelmente produtos da crescente procura desse ensino por parte das camadas médias, que Cunha (1975) explica em termos de substituição da ascensão social via poupança e investimento pela ascensão via sistema educacional. Outro fator importante, que ele menciona rapidamente, refere-se ao aumento da procura desse ensino por parte das mulheres. Como já vimos anteriormente, estas se tornaram mais numerosas do que os rapazes entre os concluintes do 2.º grau, levando a que um contingente cada vez maior delas queira prosseguir estudos.

Dentro do crescimento global do ensino superior, o aumento da participação da mulher foi marcante: de 26%, em 1956, a 40%, 15 anos depois¹. No en-

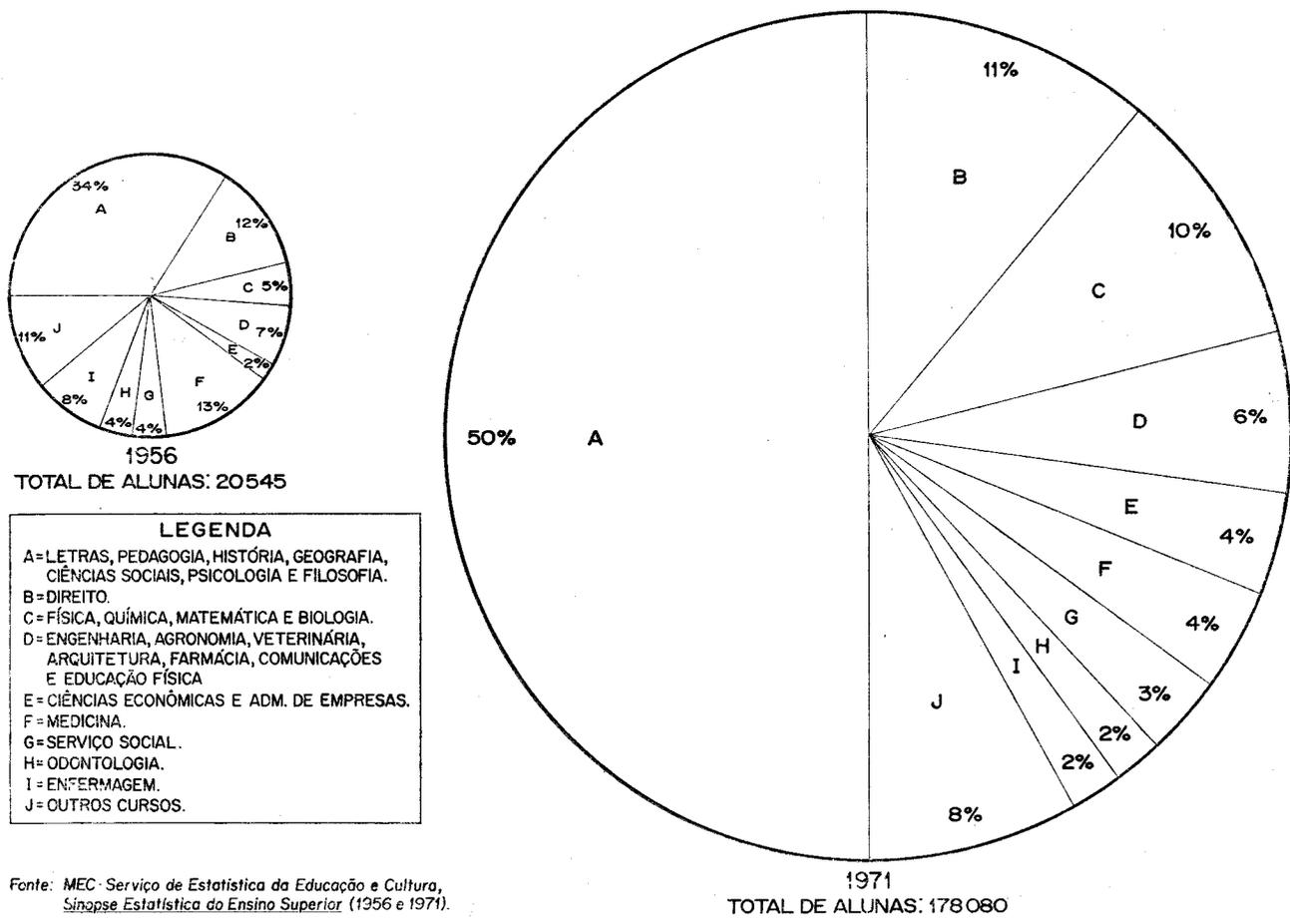
tanto, a expansão de matrículas não se deu de maneira uniforme, de tal modo que, na Engenharia, há ainda apenas 3% de mulheres. De fato, verifica-se até um aumento da concentração das alunas em algumas poucas carreiras "femininas" que, definidas culturalmente como mais apropriadas à mulher, têm tido tradicionalmente uma predominância de mulheres entre seus alunos.

No Gráfico 1, podemos observar a distribuição das alunas matriculadas nos diversos ramos do ensino superior brasileiro, nos anos de 1956 e 1971. Pela comparação das áreas dos dois círculos desse gráfico, pode-se ter uma idéia do crescimento absoluto do número de alunas no sistema de ensino superior como um todo, nesse período de 15 anos. Observe-se que o crescimento é ainda maior do que o representado, porque o círculo de 1971 não inclui 46.478 alunas que estavam fazendo o ciclo básico².

1 E, em 1907, as mulheres constituíam apenas 0,24% dos alunos do Ensino Jurídico, 3,63% do Ensino Médico e Farmacêutico e 0,47% do Ensino Politécnico (D.G.E., 1916).

2 Com a inclusão dessas alunas, o círculo de 1971 seria aproximadamente 11 vezes maior que o de 1956. Para se ter uma base de comparação, ver os dados da Tabela 4, onde se mostra que neste mesmo período, o crescimento das matrículas do ensino superior como um todo foi de aproximadamente 7 vezes. As alunas do ciclo básico não foram aí incluídas porque o objetivo do gráfico é mostrar a concentração relativa pelos diversos ramos que definem carreiras profissionais.

GRÁFICO 1 — MULHERES MATRICULADAS NO ENSINO SUPERIOR (BRASIL) — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PELAS DIVERSAS CARREIRAS.



Fonte: MEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Síntese Estatística do Ensino Superior (1956 e 1971).

Na área J, estão reunidos os cursos que tiveram menos de 1.100 matriculados em 1956 e menos de 2.200 em 1971: Aeronáutica Civil, Agrimensura, Artes Visuais aplicadas à Educação, Biblioteconomia, Cartografia, Ciências Médico-Biológicas, Curso de Criminalista, Curso Fundamental em Filosofia, Ciências e Letras, Cultura Religiosa, Desenho, Didática, Diplomacia, Economia Doméstica, Engenharia de Pesca, Ensino Artístico, Estatística, Estatística aplicada à Educação, Estudos Sociais, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Geologia, Magistério do Ensino Médio Agrícola, Meteorologia, Museologia, Nutrição, Polícia Civil, Química Industrial, Relações Públicas, Saúde Pública, Serviços de Transporte, Sociologia e Política, Tecnologia de Alimentos e Teologia.

Na área D, estão reunidas as demais carreiras que — em virtude do pequeno número de alunos, ou da pequena porcentagem de mulheres entre os alunos — reuniam menos de 3% das alunas em 1956 e 1971.

A PREPARAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO SECUNDÁRIO

A observação mais importante na análise do Gráfico 1 é que é cada vez maior a probabilidade de a aluna de um curso superior estar se preparando para o magistério secundário, pois a proporção de mulheres nessas carreiras tipicamente femininas, que já era bastante grande em 1956, em lugar de diminuir com a expansão e diversificação do ensino superior, pelo contrário, aumentou no decorrer do período estudado. Os maiores aumentos relativos verificaram-se nos cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia e na área de Física, Química, Matemática e Biologia, cursos que constituíam as an-

tigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, cujos objetivos eram mais amplos mas que, na realidade, se limitaram, em grande parte à formação do magistério do ensino secundário³. A concentração atinge tal grau que, em 1971, nada menos que metade das universitárias estavam nos cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia. E note-se que esta estimativa é bastante conservadora, pois as "ciências humanas" aí incluem apenas Pedagogia,

³ Um ou outro curso em algumas poucas instituições não se destina primordialmente à formação de professores secundários. (Veja, por exemplo, Beisiegel, 1969, 1971; Pereira, 1971). No entanto, acreditamos não exagerar ao fazer a afirmação para o país como um todo.

História, Geografia, Ciências Sociais e Psicologia, cursos sobre os quais tínhamos dados desde 1956. Se a eles acrescentarmos cursos de criação mais recente, mas que também se caracterizam claramente como formadores de pessoal para o ensino médio — os cursos de Orientação Educacional, Estudos Sociais e Licenciatura de Desenho — esse conjunto passa a abranger 56,5% das universitárias (MEC, 1973) ⁴.

O aumento da concentração das mulheres em determinadas carreiras — especialmente as que conduzem ao magistério secundário — resulta de duas tendências paralelas. De um lado, há a “feminização” dessas carreiras. De outro, sua expansão relativamente maior.

Na Tabela 3, podemos observar que a porcentagem de mulheres entre os alunos matriculados em Letras, Ciências Humanas e Filosofia, que já era bastante grande em 1956 (67%) aumentou para 77%. Aumento semelhante verificou-se em Física, Química, Matemática e Biologia, embora a porcentagem inicial fosse bem menor. Essa “feminização” do magistério secundário provavelmente esteja ligada a duas raízes: a crescente perda de prestígio da profissão docente e a restrição das alternativas existentes para a mulher no mercado de trabalho.

Em virtude de sua popularização, a escola média parece estar progressivamente perdendo prestígio. Numa cultura que valoriza o elitismo e o privilégio, a simples expansão numérica traz consigo a diminuição do status dos alunos e dos professores desse nível de ensino. Nessas circunstâncias, os homens que estiverem em busca de canais de ascensão irão procurar, de preferência, outras profissões, a menos que não possam submeter-se à preparação mais rigorosa que estas talvez exijam. Naturalmente, essa queda de prestígio deveria afetar também a procura por parte das mulheres. No entanto, isto não ocorre porque a diversificação do mercado de trabalho, característica de uma economia mais complexa, não veio favorecer igualmente a homens e mulheres, negando a estas as oportunidades oferecidas àqueles, e mantendo sua gama de alternativas muito mais restrita que a de seus colegas masculinos. Os mecanismos de mudanças dos canais de ascensão assumem características peculiares para a população feminina. Egressas em sua maioria do normal, e aspirando a um curso superior, é bastante explicável que a perspectiva profissional da moça estenda-se do magistério primário para o magistério secundário, conforme sugerimos na seção anterior.

⁴ E se ainda acrescentarmos outros cursos tipicamente femininos, e que o Serviço de Estatística da Educação e Cultura passou a considerar como de “Ciências Sociais” mas que não preparam especificamente para a atuação nas escolas médias (Serviço Social, Biblioteconomia, Comunicações etc.) e os cursos de Artes e Enfermagem, abrangemos a grande maioria das universitárias: 66,5%! (MEC, 1973).

Além disso, o fato de que a posição social da mulher ainda costuma ser determinada mais pela profissão de seu marido do que pela sua própria ocupação parece fazer com que a preocupação com o prestígio e o status não seja para ela, tão dominante na escolha de uma carreira.

Observe-se, porém, que a “feminização” não é suficiente para explicar o aumento da concentração das mulheres em poucas carreiras. Tanto assim que esse aumento da proporção de mulheres entre os alunos ocorreu também em carreiras que, no entanto, não passaram a representar maior proporção do total de universitárias. É o caso de Odontologia, por exemplo. Na Tabela 3, vemos que a porcentagem de alunas entre os estudantes desse curso aumentou de 17 para 35%. Apesar disso, verificamos no Gráfico 1 que as alunas de Odontologia, que constituíam 4% das universitárias brasileiras em 1956, passaram a ser apenas 2% em 1971. A explicação desse fato reside na desigualdade do ritmo de expansão das diversas carreiras. Na Tabela 4, observamos que o crescimento das matrículas de Odontologia neste período (1,78) foi muito menor que o crescimento das matrículas no ensino superior como um todo (7,14).

Assim, uma segunda tendência concorre para o aumento da concentração das mulheres nos cursos que preparam para o magistério: a maior expansão desses cursos em relação aos demais. Na Tabela 4, observa-se que, no crescimento relativo das matrículas, esses cursos só são superados pelo curso de Educação Física, que, afinal, também prepara para o magistério. A taxa extraordinariamente alta da Educação Física explica-se parcialmente pelo número base (matrícula inicial do período) bastante pequeno. Mas o crescimento absoluto desse curso também não foi desprezível, o que provavelmente se deve à ampliação do mercado de trabalho para professores de educação física, em decorrência da legislação que tornou essa disciplina obrigatória para todos os estudantes menores de 21 anos, qualquer que seja o nível de ensino ou período em que estejam matriculados.

Um dos motivos da acelerada expansão dos cursos de formação do magistério reside no seu custo relativamente baixo que permite a oferta de vagas com pequeno empate de capital. Devido à tradição verbalista ainda prevaiente, em grande parte, nas escolas primárias e médias e ao seu caráter quase exclusivamente acadêmico, a formação do professor pode reduzir-se à aquisição de um conjunto de noções em determinada área de conhecimentos, que ele tentará transmitir através de técnicas rudimentares e sem ter a possibilidade de maiores elaborações.

A grande oferta dos cursos de preparação para o magistério de nível médio corresponde também um

enorme aumento da sua procura, determinada pela própria expansão desse grau de ensino, pela exigência de maior qualificação formal do seu corpo docente e pela elevação dos níveis de aspirações das camadas médias da população, que passam a desejar uma ocupação de nível superior sem, no entanto, dispor de condições, quer econômicas, quer de preparação acadêmica que lhes possibilitem frequentar Faculdades de maior prestígio.

A FORMAÇÃO DE BACHARÉIS

Uma proporção considerável de universitárias se dirigia e continua se dirigindo ao curso de Direito. Em 1971, esse ainda era o curso mais procurado no ensino superior brasileiro⁵. Embora seu crescimento relativo nos 15 anos anteriores não tenha sido muito grande, o crescimento absoluto foi dos maiores. Dessa forma, apesar de sua clientela continuar a ser predominantemente masculina, a minoria (25%) de seus alunos que são do sexo feminino (Tabela 3) constituem parcela considerável (11%) da população de universitárias (Gráfico 1).

Para explicar a persistência do grande número de matriculados nesses cursos, vamos encontrar, em primeiro lugar, o mesmo fator que está na raiz da expansão dos cursos de formação de magistério: seu caráter bacharelesco, que possibilita a ampla oferta de vagas por custo relativamente baixo. A própria disponibilidade de vagas constitui, em parte, fator gerador de procura pois a facilidade de acesso atrai o estudante potencial que não estaria disposto ou não teria condições de enfrentar os obstáculos de natureza variada que se interpõem diante de outros cursos superiores com menor número de vagas e maior número de candidatos. No entanto, é óbvio que a simples acessibilidade dos cursos de Direito não seria suficiente para explicar seu grande número de alunos. Esse fenômeno também não é explicado pelas oportunidades de trabalho na Advocacia, pois é fato amplamente conhecido que grande parte dos alunos que se formam em Direito não

exercem a profissão para a qual se prepararam, o que já era comum em 1956 e provavelmente é muito mais frequente atualmente.

Na medida em que o aumento do número de vagas não corresponde à expansão do mercado de trabalho específico dos advogados, o que faz com que tão grande contingente de estudantes continue a se preocupar com códigos e leis? Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a conclusão do curso de Direito é uma das formas de obtenção de um "diploma de curso superior", o qual é valorizado independentemente da área de especialidade. Nas cidades maiores, é comum o advogado competir com o administrador de empresas, o economista e até com o engenheiro no preenchimento de posições para as quais nenhum curso oferece formação específica, mas qualquer diploma superior fornece indicação de sobrevivência num processo longo de seleção — realizado desde os primeiros anos escolares — no qual os vencedores demonstram ser aptos numa série de características importantes em muitos empregos: disciplina, persistência, ambição, capacidade de adaptação, etc.. Dessa forma, o diploma de curso superior está se tornando quase indispensável aos que aspiram às posições médias e altas da hierarquia social. Em relação a outros cursos que também servem de canal de acesso a esse diploma, o curso de Direito pode oferecer algumas vantagens. Em primeiro lugar, como já dissemos, há a grande acessibilidade de vagas, para as quais a concorrência é relativamente pequena. É muito difícil obter dados confiáveis a respeito do número de candidatos aos vestibulares, porque esses dados não são coletados sistematicamente e porque um indivíduo pode candidatar-se a diversas escolas simultaneamente, sendo provável que o fenômeno das "candidaturas múltiplas" seja mais comum em certas carreiras do que em outras. No entanto, parece razoável generalizar, a partir dos dados de exames vestibulares nos Estados mais industrializados, que o número de candidatos de Direito é muito menor que os de Medicina e de Engenharia (Ver Tabela 5).

TABELA 5 — NÚMERO DE CANDIDATOS AS ESCOLAS DE DIREITO, MEDICINA E ENGENHARIA, EM ALGUNS ESTADOS. 1975.

	Direito	Medicina	Engenharia
Universidade Federal do RS (vest. unificado)	799	2 443	3 507
Universidade Federal de MG	1 070	3 897	4 417
Cescem, Cescea e Mapofei — SP	2 262	11 808	16 521
Cesgranrio, GB	2 731	11 156	17 247

Fontes: Dados originais fornecidos pelas entidades responsáveis.

5 Só superado, em número de matrículas, por Letras, Ciências

Humanas e Filosofia, que constituem um conjunto de vários cursos.

Os cursos de Economia e Administração talvez sejam tão acessíveis quanto os de Direito, mas este apresenta ainda duas características que aumentam sua atração. Uma delas é a de que o título de doutor, comumente atribuído aos bacharéis, ainda goza de algum prestígio entre certas camadas da população. A outra refere-se ao fato de que o curso em si pode parecer mais fácil em virtude de não apresentar nenhuma exigência de conhecimentos de Matemática, área na qual grande parte dos universitários potenciais possui notórias deficiências de formação.

AS CIÊNCIAS BÁSICAS

O aumento sensível na proporção de mulheres que estão cursando Física, Química, Matemática e Biologia não significa um incremento notável na participação nas atividades propriamente científicas (Barroso, 1975). Grande parte dos que aí se formam não serão cientistas, mas professores de ciências. E isso talvez seja ainda mais verdadeiro para as alunas do que para os alunos. No entanto, o aumento verificado é auspicioso e pode representar mudanças importantes a longo prazo, pois estas mulheres estarão atuando brevemente como modelos para as alunas dos cursos secundários, que poderão desenvolver interesses e atitudes mais favoráveis à ciência, se passarem a percebê-la não mais como domínio exclusivamente masculino.

As quatro áreas científicas apresentadas globalmente no Gráfico 1 e na Tabela 3 possuem grandes diferenças entre si quanto ao grau de "feminização". As porcentagens de mulheres entre os alunos de Física, Química, Matemática e Biologia eram respectivamente 15, 36, 31 e 55 em 1956 e 23, 34, 43 e 68 em 1971. Matemática e Biologia, além de mais feminizadas, têm um contingente de alunos muito maior (MEC, 1972), o que é compreensível porque há maior número de aulas dessas matérias nos cursos de 1.º e 2.º graus. O que é difícil de entender é por que a porcentagem de moças entre os alunos de Física e Química permanece tão baixa. Uma explicação possível é a de que — em qualquer das quatro áreas científicas mencionadas — as mulheres seriam mais numerosas nas escolas de menor prestígio⁶. Como

6 Por exemplo, em São Paulo, na Mapofei (que faz os vestibulares para cursos de Física e Química integrados à Universidade de São Paulo, à Universidade Estadual de Campinas e à Universidade Federal de São Carlos, nas quais estão os cursos mais antigos do Estado) a porcentagem de mulheres entre os classificados é muito menor que no Cescea (que faz os vestibulares para os cursos de Física e Química dos Institutos Isolados: Araraquara, Ribeirão Preto e Rio Claro). Em 1975, essas porcentagens foram, Química: 52% no Cescea e 36% na Mapofei; em Física, a diferença foi ainda maior: 58% no Cescea e 18% na Mapofei.

há um menor número de escolas de Física e Química, é provável que a proporção de escolares nessa situação seja menor nessas duas áreas⁷. Além disso, é possível que os cursos de Física e Química sejam menos voltados para a formação do magistério secundário que os de Matemática e Biologia.

OUTRAS CARREIRAS

Na área D do Gráfico 1, estão reunidos vários cursos cuja clientela era razoavelmente numerosa⁸ mas que, em virtude da porcentagem relativamente pequena de mulheres entre seus alunos, não chegavam a reunir 3% das universitárias em 1956 e 1971. Esse é, portanto, um grupo bem heterogêneo, como podemos ver na Tabela 3. Em primeiro lugar, temos a Engenharia, curso que congrega uma parcela considerável do corpo discente do ensino superior, mas no qual a representação feminina continua a ser irrisória. Na Agronomia e na Veterinária, as proporções de mulheres continuam muito pequenas, mas apresentaram um crescimento acelerado nos últimos 15 anos, especialmente na Veterinária. Arquitetura foi o curso onde a porcentagem de alunas mais cresceu embora a matrícula global não tenha crescido muito (Tabela 4). Esta carreira vem progressivamente aumentando sua identificação com artes e planejamento urbano e diminuindo a identificação quase total que já teve com a Engenharia. Este fato talvez possa explicar o aumento de mulheres entre os futuros arquitetos, enquanto que a Engenharia permanece inexpugnável ao sexo feminino.

Na área D, estão também englobados os cursos de Farmácia, Comunicações e Educação Física, nos quais as porcentagens de mulheres entre os alunos está próxima de 50%. Esses cursos só não foram apresentados separadamente porque o seu total de alunos é relativamente pequeno.

A área E refere-se aos cursos de Ciências Econômicas e Administração de Empresas, cuja representação entre as alunas do ensino superior dobrou no período estudado, sem, no entanto, atingir ainda uma proporção considerável. A matrícula nesses cursos apresentou elevado crescimento, tanto em termos absolutos como relativos, e a porcen-

7 Na Física e na Química, a proporção de escolas particulares e de criação mais recente é menor do que na Matemática e na Biologia. Ao analisar desagregadamente os dados da Tabela 4, verificamos que o crescimento absoluto das matrículas de Matemática e Biologia foi muito maior que o de Física e Química. E, no Estado de São Paulo, são particulares menos de 50% das escolas de Física e Química, e mais de 50% das escolas de Biologia e Matemática (Anais Científicos, 1973).

8 Os limites exatos do critério de inclusão são mencionados no rodapé da Tabela 3.

tagem de mulheres entre os alunos aumentou duas vezes e meia, mas ainda não é muito grande, pois era inicialmente muito pequena.

A Medicina foi o setor no qual se registrou a maior diminuição da proporção que representa entre as alunas universitárias (Gráfico 1). Como a porcentagem de alunas entre os estudantes de Medicina não se alterou muito entre 1956 e 1971 (Tabela 3), a diminuição observada deve-se principalmente ao fato de este ter sido um dos ramos que apresentaram menor crescimento relativo nesses anos (Tabela 4). O crescimento relativamente pequeno de suas matrículas pode surpreender, uma vez que a classe médica tem mostrado notável articulação na denúncia do aumento desordenado da criação de escolas médicas, tendo demonstrado também dispor de força de pressão suficiente para conter essa expansão, que considera prejudicial. A questão certamente é complexa mas, ao considerá-la, é necessário colocá-la num contexto mais geral, onde outros cursos, especialmente os de ciências humanas, apresentaram crescimento relativo muito maior, com todas as conseqüências que esse crescimento pode implicar. Se esse crescimento de outros setores não se tornou tão visível ou não mobilizou tantas forças contrárias, talvez seja apenas porque os grupos diretamente interessados não são tão organizados.

A carreira de Serviço Social, que já era bastante "feminizada", está se tornando quase exclusividade absoluta das mulheres (Tabela 3). O crescimento de suas matrículas, no entanto, tem sido inferior ao do ensino superior como um todo (Tabela 4). Assim, sua representação entre as universitárias diminuiu apenas ligeiramente (Gráfico 1).

A proporção de universitárias que estavam nos cursos de Odontologia, em 1971, reduziu-se à metade da proporção registrada em 1956 (Gráfico 1), apesar do notável incremento de mulheres entre os estudantes desse ramo (Tabela 3). É que a Odontologia foi o curso que apresentou menor crescimento relativo nesse período (Tabela 4).

A diminuição mais dramática ocorreu em Enfermagem, cuja proporção passou a ser apenas um quarto da observada em 1956 (Gráfico 1). Enfermagem e Educação Física foram os únicos cursos nos quais a proporção de alunos do sexo feminino foi menor em 1971 do que em 1956 (Tabela 3). Mas sua menor representação entre as universitárias deve-se principalmente ao seu baixo ritmo de crescimento (Tabela 4).

Na área J, estão englobados todos os demais cursos do ensino superior brasileiro. Aí estão reunidos cursos de clientela predominantemente feminina, como, por exemplo, Biblioteconomia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Ensino Artístico e Economia Doméstica, e outros, onde predominam

os alunos do sexo masculino: Geologia, Agrimensura, Diplomacia, Estatística, Tecnologia de Alimentos, etc.. Muitos desses cursos foram criados na década de 60, de modo que as duas áreas do Gráfico 1 não são diretamente comparáveis.

Como vimos, as estudantes dos cursos superiores concentram-se cada vez mais em cursos que preparam para o magistério secundário. Elas também aumentaram sua participação em quase todas as demais carreiras, mas este aumento não foi tão grande quanto o ocorrido nos cursos de formação de professores. Dessa forma, para a grande maioria das universitárias, o curso superior continua não representando uma inovação de papéis profissionais femininos tradicionais.

O que faz com que esta distribuição se reproduza com tanta regularidade? São muito poucas as escolas que restringem o acesso a um ou outro sexo, ou que estabelecem quotas para cada sexo⁹. O padrão de distribuição se reproduz através de mecanismos muito mais sutis, que operam no sentido de levar a adolescente a optar "livremente" por certo tipo de carreira, conforme poderemos observar nos dados das opções do vestibular, a seguir.

CARREIRAS ESCOLHIDAS PELAS VESTIBULANDAS

As escolhas de carreiras das moças que se candidatam ao ensino superior refletem nitidamente a estratificação sexual das profissões. O Gráfico 2 apresenta os dados relativos a São Paulo, e a Tabela 6 os do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Maranhão, que foram os que pudemos obter através de solicitação direta às entidades responsáveis pela realização de exames vestibulares no país¹⁰.

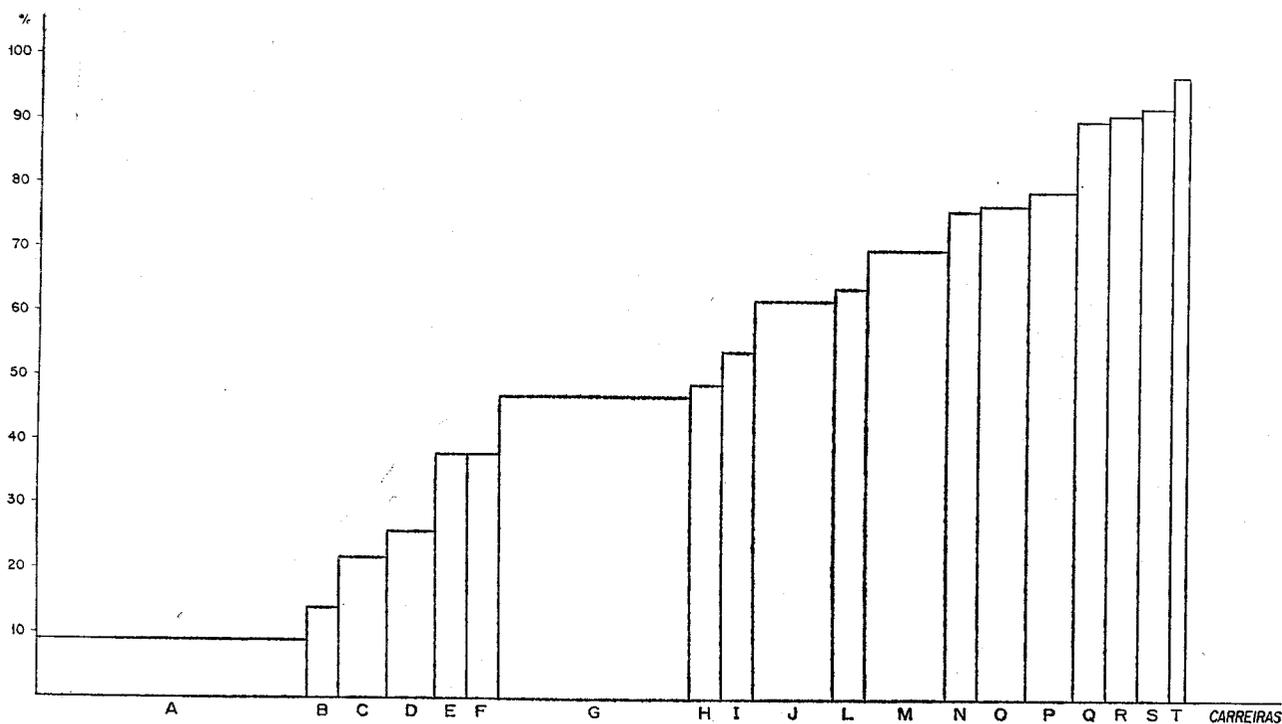
A MANUTENÇÃO DOS PADRÕES: PROFISSIONAIS E VESTIBULANDAS

As distribuições das vestibulandas paulistas (Gráfico 2) e das universitárias brasileiras (Tabela 3) apresentam uma semelhança impressionante. É bem verdade que essas porcentagens mostram várias discrepâncias, algumas até bem grandes; mas o padrão geral é basicamente o mesmo, o que é surpreendente, em vista das diferenças quanto a certas características das duas populações.

9 Há apenas algumas escolas de Educação Física, de Engenharia e de Enfermagem que ainda o fazem.

10 Também recebemos dados da UFPA, que não foram comparados aos demais, por não estarem separados por carreiras. Somos gratas aos organismos responsáveis nestes Estados, que tão gentilmente atenderam ao nosso pedido.

GRÁFICA 2 — PORCENTAGEM DE MULHERES ENTRE OS CANDIDATOS AOS VESTIBULARES DO CESCEM, CESCEA E MAPOFEI — SÃO PAULO — 1975.



Nº EXATO DE CANDIDATOS DE CADA CARREIRA:

A. ENGENHARIA-16521
 B. AGRONOMIA-2312
 C. ADMINISTRAÇÃO-2954
 D. ECONOMIA-3119
 E. VETERINÁRIA-1516
 F. CARREIRAS DE CCS. EXATAS COM MENOS DE 1000 CAND.
 GEOLÓGIA-635
 FÍSICA-846
 QUÍMICA-519

G. MEDICINA-11808
 H. DIREITO-2262
 I. ARQUITETURA-2414
 J. ODONTOLOGIA-4665
 L. MATEMÁTICA-1992
 M. COMUNICAÇÕES-4824
 N. FARMÁCIA E BIOQUÍMICA-2194
 O. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS-2697

P. CARREIRAS DE CCS. HUMANAS COM MENOS DE 1000 CAND.
 PEDAGOGIA-631 HISTÓRIA-624
 GEOGRAFIA-282 FILOSOFIA-243
 CCS. SOCIAIS-799 TURISMO-226
 Q. CARREIRAS DA ÁREA MÉDICA COM MENOS DE 1000 CAND.
 PARANÁDICAS-939 EDUCAÇÃO FÍSICA-463
 NUTRIÇÃO-564 ECON. DOM.-70
 R. LETRAS-1830
 S. PSICOLOGIA-1913
 T. ENFERMAGEM-1372

Em primeiro lugar, é óbvio que São Paulo — como Estado mais desenvolvido — poderia apresentar características culturais que o tornariam pouco representativo dos demais Estados brasileiros. Em segundo lugar, os dados de São Paulo referem-se a candidatos ao vestibular, e não a alunos efetivamente matriculados, e qualquer variável que afete diferentemente os sexos, quanto ao comparecimento ao exame ou quanto à taxa de aprovação, deverá diminuir a semelhança entre essas distribuições. Em terceiro lugar, os dados de São Paulo referem-se aos exames do Cescem, Cescea e Mapofei, entidades que realizam exames unificados para a grande maioria das instituições públicas do Estado, mas que abrangem apenas pequena parcela das escolas particulares. Essa talvez seja a diferença mais importante pois, em 1968, 63% dos estudantes paulistas cursavam escolas particulares (Pastore, 1972). Grande parte dessas escolas — dispendo de menores recursos¹¹ e cobrando taxas de matrícula bastante

altas — possivelmente atraem uma clientela bem diferente, tanto no que diz respeito à origem sócio-econômica quanto às aspirações intelectuais, da que busca as escolas públicas. Em quarto lugar, há a diferença de datas, pois os dados de São Paulo referem-se a 1975, e um período de 4 anos poderia representar uma mudança considerável, já que a participação da mulher no ensino superior vem aumentando rapidamente nos últimos tempos, embora como vimos anteriormente “plus ça change, plus c'est la même chose”.

Com essas observações em mente, notamos que, em todas as carreiras para as quais podemos comparar as porcentagens da Tabela 3 e do Gráfico 2, essas são maiores para as vestibulandas de São Paulo. Mas a magnitude dessas diferenças é menor justamente nas carreiras onde a porcentagem de mulheres é mais baixa: Engenharia, Agronomia, Administração e Economia. Se São Paulo representar a “tendência do futuro”, as diferenças entre os graus de participação da mulher nas várias carreiras tenderão a aumentar, e não a diminuir. E esses cursos onde a porcentagem de mulheres é pequena e au-

11 A porcentagem de professores lecionando em tempo integral, por exemplo, era de 42% nas escolas públicas e 5% nas particulares (Pastore, 1972).

menta mais lentamente não são cursos pouco importantes no quadro geral do ensino superior brasileiro. Pelo contrário, congregam uma parcela considerável dos candidatos de sexo masculino. No Gráfico 2, as larguras das barras do histograma são proporcionais aos totais de candidatos que optam por cada carreira. Dessa forma, tem-se uma idéia aproximada da distribuição total dos candidatos, por sexo e por carreira.

DIFERENÇAS DENTRO DAS CARREIRAS

No Gráfico 2, as carreiras constituem agrupamentos de várias escolas, que talvez atraíam clientela distintas. A análise desses dados desagregados mostra algumas diferenças entre os sexos, quanto ao período do funcionamento do curso, à localização da escola e ao seu prestígio.

Diurno e Noturno

Invariavelmente, as mulheres são mais numerosas entre os candidatos aos cursos diurnos. Essa tendência ocorre em todas as carreiras que possuem cursos nos dois períodos. Administração, Economia, Direito, Comunicações, Ciências Biológicas, Letras, Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais, História, Filosofia e Turismo. As diferenças de porcentagens são, em geral, consideráveis, chegando, por vezes, a atingir mais do dobro: em Economia, a porcentagem de mulheres entre os candidatos é 41% no diurno e 20% no noturno.

A primeira vista, esses dados mostram a mulher numa posição relativamente favorável. É provável que as condições de estudo em cursos diurnos sejam melhores que as existentes nos cursos noturnos, onde alunos comparecem cansados às aulas, para as quais não dispõem de tempo para se preparar durante o dia, uma vez que a grande maioria trabalha. No entanto, é preciso lembrar que as vantagens teóricas dos cursos diurnos nem sempre são devidamente aproveitadas, de tal forma que o tempo disponível não é utilizado da maneira mais produtiva, em vista da ausência de condições que o permitam. Se a escola não dispõe de biblioteca, se o programa de estudos não solicita dos alunos mais empenho na realização de atividades úteis ao seu desenvolvimento intelectual e profissional, sua maior disponibilidade de tempo é inteiramente desperdiçada, podendo tornar-se até uma desvantagem em relação aos estudantes do noturno, cuja experiência de trabalho pode — em determinadas condições — ser um complemento à formação profissional, muitas vezes deficiente, que recebem na escola.

Além disso, é preciso lembrar que a ausência da mulher em cursos noturnos não representa somente o resultado de sua "livre decisão" em função da qualidade dos cursos mas também a influência de

diversas fontes de pressão social que podem atuar direta ou indiretamente. Em certos meios, há a influência de famílias que podem ainda não ver com bons olhos a independência da jovem que sai sozinha todas as noites. Além disso, há considerações objetivas quanto à sua segurança. Dessa forma, a ausência das mulheres dos cursos noturnos pode resultar de séria restrição à sua liberdade de opções. Se precisa trabalhar durante o dia, e não dispõe de recursos para enfrentar os obstáculos que se antepõem a uma mulher para a realização de um curso noturno, ficará sem cursar uma faculdade. Se quer estudar e procura, ao mesmo tempo, ter experiência de trabalho, por achar que a escola não solicita devidamente seu tempo, suas oportunidades serão muito mais reduzidas não só por ser mulher, mas também por ser difícil encontrar oportunidade de trabalho que se harmonize com a realização de um curso diurno. E ainda que não precise nem queira trabalhar, sua gama de alternativas de escolas será restrita às que têm cursos diurnos. Se não puder freqüentar uma boa escola diurna, pode se ver na contingência de ter de optar por outra escola diurna, cujo nível de ensino seja inferior ao de um curso noturno, pelo qual teria optado, não fosse mulher.

Capital e Interior

De um modo geral, as mulheres são mais numerosas nos cursos da capital que do interior. Isto ocorre nas carreiras de Veterinária, Medicina e Odontologia. Naturalmente, a primeira explicação é a de que as moças da capital, mais expostas aos estilos de vida urbanos e às influências de uma cultura cosmopolita, seriam mais livres dos estereótipos tradicionais. Mas, além disso, há possivelmente um outro fator: a menor mobilidade das mulheres. Tradicionalmente, a mobilidade entre os estudantes de curso superior era pequena e ocorria apenas no sentido interior-capital, ou seja, partindo de localidades onde inexistiam faculdades e dirigindo-se para onde elas se localizavam. Nos últimos tempos, grande número de instituições foram criadas no interior. Além disso, a intensificação da concorrência fez com que a mobilidade se estendesse aos estudantes que residem em locais onde existem escolas, mas que passam a buscar outras mais distantes, seja como alternativa no caso de não conseguirem vagas nas escolas mais próximas (vestibulares múltiplos), seja como tentativa única quando consideram que sua probabilidade de admissão às primeiras é muito pequena. Isto produziu uma mudança no quadro da mobilidade, que passou a ser mais comum entre os estudantes oriundos da capital que do interior. Bianchi e Pastore (Tabela 2.1, 1972) mostram que, do total de estudantes do Estado de São Paulo,

36% dos estudantes móveis e 57% dos estáveis estão na Grande São Paulo. Os dados daqueles autores também permitem concluir que a mobilidade é mais uma característica do sexo masculino do que do feminino: do total de estudantes móveis, 61% são homens. Assim, as moças da capital que escolhem certas carreiras estão muito mais presas que seus colegas masculinos às escolas da capital.

Os mecanismos que explicam essa restrição à sua liberdade de opção são semelhantes àqueles que apontamos em relação aos cursos noturnos. Referem-se, principalmente, aos valores tradicionais que fazem a família encarar com receio a separação da filha "desprotegida", enquanto que o distanciamento do rapaz pode ser visto como boa oportunidade para amadurecimento e aquisição de independência, qualidades consideradas desejáveis num homem, mas perfeitamente dispensáveis numa mulher. Pode ser também que as filhas adolescentes sejam mais imprescindíveis dentro da família que os filhos. Isto porque, na divisão tradicional dos papéis, o homem contribui para o sustento financeiro e a mulher para a manutenção sócio-emocional do grupo familiar e grande parte dos candidatos do Cescem, Cescea e Mapofei ainda não auferem rendimentos. Os que trabalham possivelmente têm tantas (ou mais) oportunidades de fazê-lo na capital quantas em sua cidade de origem, quando a família mora no interior. Já no caso da moça — ainda quando sua ajuda nos trabalhos domésticos seja desprezível — seu papel afetivo pode ser importante. Ela é muitas vezes considerada a "companhia da mãe", que acaba achando que o custo emocional de sua ausência seria maior que a de um filho homem. Também é possível que as despesas necessárias à manutenção de um filho fora de casa, que muitas vezes implicam em pesados sacrifícios no orçamento doméstico, sejam mais facilmente aceitas quando se trata de um filho homem — para quem a carreira escolhida e a qualidade da escola são essenciais para a ascensão social — do que para a filha mulher — para quem o curso superior talvez seja encarado como mero complemento à formação geral, ou como "garantia", se eventualmente "precisar trabalhar". Também é plausível supor que, para as filhas, sejam maiores as dificuldades objetivas para a mudança de cidade, pois é pequeno o número de acomodações que oferecem um ambiente de acordo com as exigências de conforto e segurança, certamente mais altas para as filhas do que para os filhos. O que, evidentemente, implica também em maiores gastos.

É claro que essas generalizações podem não se aplicar a muitas famílias, mas cremos não incorrer em grande erro ao afirmar que esse tipo de considerações ainda exerce influência ponderável no sentido de — direta ou indiretamente — levar a moça a optar única e exclusivamente por escolas da

cidade onde reside. Especialmente no caso dos candidatos típicos do Cescem, Cescea e Mapofei: adolescentes de classe média, que acabam de concluir a escola secundária.

No caso da moça da capital, essa restrição não é muito grave pois as escolas ali localizadas oferecem ampla gama de alternativas, tanto no que diz respeito ao tipo de carreira à qual conduzem quanto ao grau de competição das diversas escolas de uma mesma carreira. O mesmo não se pode afirmar em relação às cidades do interior onde, de um modo geral, a liberdade de escolha é bem menor.

Outras diferenças

Os dados também nos mostram que a porcentagem de mulheres é maior no Cescea do que no Cescem e no Mapofei em quase todas as carreiras para as quais mais de uma das entidades faz vestibular: Química, Física, Matemática, Ciências Biológicas, Farmácia e Bioquímica e Psicologia. Nessas áreas, as escolas mais antigas e as que fazem parte de universidades, fazem o exame com o Cescem e o Mapofei. Se prestígio da escola está associado à antiguidade de criação e à integração em universidade, podemos afirmar que os rapazes são mais numerosos nas escolas de maior prestígio, especialmente nessas carreiras que estão se "feminizando" rapidamente. Esse tendência não ocorreu em carreiras predominantemente masculinas: Geologia e Agronomia, onde a porcentagem de mulheres é maior no Cescem e no Mapofei do que no Cescea. Parece que indivíduos atípicos quanto à escolha de carreira (homens que escolhem carreiras onde predominam as mulheres e vice-versa) tendem a procurar as escolas de maior prestígio dentro da carreira escolhida.

As carreiras com menos de 1.000 candidatos também apresentam grandes variações entre si. Na área de Ciências Exatas, nos cursos de Geologia, a porcentagem de mulheres entre os candidatos (16 e 23% para o Cescea e o Mapofei, respectivamente) é bem menor que nos de Química ou mesmo de Física. Um reprocessamento dos dados de Beisiegel (1969, 1971) mostra que, entre os formados em Física e Química na USP, a probabilidade de trabalhar em empresas industriais é muito menor para as mulheres do que para os homens. Ora, o mercado de trabalho para Geologia provavelmente é muito mais dirigido para as empresas do que os de Física e Química, que incluem também a alternativa do magistério secundário. Neste sentido, não seria a natureza do curso o principal fator a desencorajar as candidatas, mas as restrições quanto às oportunidades de trabalho. Isto parece especialmente plausível neste momento em que estamos escrevendo, quando os jornais estão dando o devido destaque

ao fato constrangedor de que até a Petrobrás — empresa estatal que se esperaria promovesse a igualdade de oportunidades — não aceita geólogas e químicas em seu quadro de técnicos. Na área de Ciências Humanas, Pedagogia é o curso mais “feminizado”: até para os cursos noturnos, há mais de 90% de mulheres. Segue-se o curso de turismo, com 92% no diurno e 79% no noturno. Dentre os cursos dessa área, Filosofia é onde a participação feminina é menor: 72% no diurno e 53% no noturno. Na área de Ciências Biológicas, mais de 95% dos candidatas a Economia Doméstica, Nutrição e Especialidades Paramédicas são mulheres. Educação Física é o curso menos “feminizado” dessa área: 71% de mulheres.

Nas Escolas de Engenharia, não se nota grande variação entre os ramos: em quase todos, a porcentagem de mulheres é bem baixa. As únicas exceções notáveis são Engenharia Química (41%) e Engenharia de Alimentos, de Campinas (67%).

OUTROS ESTADOS

Os dados de São Paulo nos permitiram uma análise detalhada das opções das vestibulandas. Em que medida, porém, essa análise pode ser legitimamente aplicada aos demais Estados do País? A Tabela 6 permite observar semelhanças e diferenças com instituições de outros Estados.

Com exceção do Maranhão, a porcentagem de mulheres no total de candidatos é praticamente a mesma em todos os Estados considerados, quase atingindo 50%. A elevada porcentagem do Maranhão pode surpreender à primeira vista, mas é facilmente compreensível se levarmos em conta a inexistência, naquele estado, de escolas de Engenharia, Agronomia, Administração e Veterinária, justamente aquelas nas quais a participação masculina costuma ser maior. É provável que muitos dos rapazes que desejam seguir essas carreiras dirijam-se para outras

TABELA 6 — PORCENTAGEM DE MULHERES ENTRE OS CANDIDATOS AO VESTIBULAR. 1975.

	SÃO PAULO <i>Cescem, Cescea Mapojei</i>	RIO DE JANEIRO <i>Cesgranrio</i>	MINAS GERAIS <i>UFMG</i>	MARANHÃO <i>Fund. Univ. do Maranhão</i>	R. GRANDE DO SUL <i>URFGS unificado</i>
Engenharia	9	11	12	—	9
Agronomia	14	14	—	—	13
Administração	22	32	30	—	26
Economia	26	31	32	42	34
Veterinária	38	29	18	—	37
Carr. de Ciências Exatas com menos de de 1.000 candidatos	38	31	32	36	26
Medicina	47	49	43	49	47
Direito	49	44	39	31	47
Arquitetura	54	53	66	—	58
Odontologia	62	48	72	53	64
Matemática	64	52	42	20	81
Comunicações	70	62	70	75	65
Farmácia e Farm. Bioquímica	76	57	75	66	80
Ciências Biológicas	77	66	72	—	82
Carr. de Ciências Humanas com menos de 1.000 candidatos	79	77	83	86	85
Carr. da Área Médica com menos de 1.000 candidatos	90	71	63	—	66
Letras	91	87	86	88	92
Psicologia	92	84	87	—	87
Enfermagem	97	85	93	93	92
TOTAL	46	45	47	59	45

NOTA: As carreiras consideradas são aquelas constantes do Gráfico 2. Para Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão e Rio Grande do Sul, há carreiras incluídas no total mas não consideradas isoladamente por não corresponderem às categorias especificadas no Gráfico.

idades, diminuindo a representação masculina no total dos candidatos da Fundação Universidade do Maranhão. A partir dos dados dos outros Estados, poderíamos esperar uma diminuição muito mais drástica pois essas escolas "masculinas" costumam atrair grande número de alunos. No entanto, é provável que aqueles que não têm condições de se transferir para outras localidades acabem optando por uma das alternativas existentes, o que faz com que a porcentagem de rapazes em certas carreiras como Direito, por exemplo, seja maior do que nos outros Estados.

De um modo geral, nas carreiras em que a preponderância de um dos sexos é mais marcante — as carreiras altamente "feminizadas" ou altamente masculinizadas — observa-se maior consistência de Estado para Estado. Entre as carreiras nas quais há um certo equilíbrio entre os dois sexos, algumas (Medicina, por exemplo) apresentam alta consistência enquanto outras mostram grande variação, sendo Matemática o caso extremo: a porcentagem de mulheres varia de 20, no Maranhão, a 81 no Rio Grande do Sul.

Confirmando a grande semelhança observada no total, nenhum Estado se apresenta com porcentagens consistentemente maiores (ou menores) que os demais, em todas as carreiras. Assim, por exemplo, a menor proporção de mulheres em Economia é a de São Paulo; em Odontologia e Farmácia, é a do Rio de Janeiro; em Veterinária, é a de Minas Gerais.

Apesar dessas variações, nota-se grande uniformidade no padrão geral de ordenação das carreiras segundo o grau de "feminização". Há uma clara tendência para as carreiras mais "masculinas" num Estado serem também as mais masculinas nos demais.

OUTROS PAÍSES

Não pretendemos realizar um estudo comparativo exaustivo, mas alguns dados apresentados a seguir, a título de exemplo, parecem indicar que as principais tendências observadas no Brasil são comuns a outros países: aumento gradativo da participação da mulher no ensino superior como um todo, concentração em carreiras tradicionalmente consideradas como femininas, especialmente o magistério, aumento, embora menor e mais recente, da procura de carreiras masculinas.

Em 1970, a proporção de mulheres estudando no ensino superior, no mundo, era 38%, segundo estimativa da UNESCO (CESI, 1974). A situação mais favorável encontrava-se na Europa Ocidental e na União Soviética, que atingiram 42% em 1968. Outros dados fornecidos por aquele organismo registram 40% na

América do Norte, 33% na América Latina, 30% na Oceania, 28% na Ásia, 26% na África e 23% nos Países Árabes. Como no Brasil, em todas as regiões do mundo, as porcentagens de 1970 representavam aumentos em relação à década anterior.

Nos Estados Unidos há inúmeros estudos sobre o assunto. Talvez o mais completo seja o da Carnegie Commission on Higher Education, que publicou relatório com recomendações sobre oportunidades para as mulheres no ensino superior (CCHE, 1973). Este documento foi baseado num estudo muito cuidadoso de amplo conjunto de dados sobre a situação atual, suas origens e suas perspectivas para o futuro. No quadro geral de escolha de carreiras, as universitárias americanas concentram-se nas carreiras tradicionalmente femininas, principalmente em Educação (36% das universitárias), Artes e Humanidades (26%) e Ciências Sociais (17%), áreas nas quais grande parte dos alunos destinam-se ao magistério. De fato, nas últimas décadas, as professoras primárias e secundárias têm constituído cerca de metade das mulheres com diploma de curso superior que estão trabalhando. (Enquanto os professores homens representam apenas 10% dos formandos em cursos superiores).

Assim como no Brasil, a concentração das universitárias americanas nos cursos de formação do magistério aumentou extraordinariamente em determinado período quando também se registrou notável aumento de matrículas nas escolas primárias e secundárias. Na área de Educação, por exemplo, o aumento foi de 24% em 1948 para 36% em 1970. No entanto, depois de 1970, observa-se uma queda brusca, provavelmente em função da retração do mercado de trabalho para professores e das mudanças nas atitudes em relação à profissionalização da mulher. As oportunidades de trabalho no magistério nos Estados Unidos estão diminuindo porque, ao contrário do Brasil, a expansão dessas oportunidades não se devia à extensão da escolarização elementar e média a mais amplas camadas da sociedade, uma vez que a escolaridade universal já havia sido quase atingida há muito tempo. Essa expansão foi temporária, isto é, foi seguida por uma retração nos últimos tempos, por ter sido mais o reflexo do crescimento vegetativo da população escolar, ocasionado pelo "baby-boom" do pós-guerra.

A diminuição da procura dos cursos de preparação ao magistério pode refletir, além das alterações do mercado de trabalho, mudanças de atitudes que vêm ocorrendo nos últimos anos na sociedade americana. Há uma tendência muito recente não só para grande aumento da proporção de mulheres interes-

sadas em carreiras tradicionalmente masculinas¹² mas também para dramática diminuição da porcentagem de alunas que não pretendem trabalhar depois de formadas.

Na França, a porcentagem de mulheres entre os estudantes universitários aumentou de 3% em 1900 para 41% em 1960, o que Bourdieu e Passeron (1964) consideram "verdadeira mutação cultural". Mas lá, como no Brasil, há diferenças marcantes entre as áreas. Em 1961, as mulheres constituíam apenas 26% dos estudantes de Medicina e 29% dos estudantes de Direito. Aqueles autores mostram que a universitária francesa, qualquer que seja sua classe social mas especialmente a das classes baixas, está "condenada" às faculdades que preparam para o magistério. Só nas Faculdades de Letras concentravam-se 49% das filhas de profissionais liberais e, no outro extremo da hierarquia social, 66% das raras filhas de assalariados agrícolas que chegavam à universidade (dados de 1961). E, como em nosso país, essa concentração só tem aumentado, pois as alunas das Faculdades de Letras representavam 41% em 1935 e 48% em 1961.

Esses dados gerais revelam nítida associação entre grau de desenvolvimento econômico e a taxa de participação da mulher no ensino superior. A questão, todavia, transcende o aspecto econômico quando se observa que o mesmo padrão de distribuição das mulheres pelas carreiras universitárias observado no Brasil repete-se em países desenvolvidos.

O SUCESSO DAS CANDIDATAS E O DESEMPENHO NAS PROVAS

No presente estudo não nos interessa a questão das diferenças de "potencial inato" — cuja medida objetiva é impossível — mas sim a das habilidades desenvolvidas pelos candidatos ao vestibular, através do conjunto total de experiências a que estiveram expostos durante a infância e a adolescência. Assim, a questão que realmente interessa por suas implicações práticas é: as jovens que enfrentam o vestibular estão concorrendo em igualdade de condições com seus colegas masculinos? Suas chances de serem classificadas são as mesmas que as deles? Estão elas igualmente preparadas?

Essas são questões da mais alta importância pois se a resposta encontrada for negativa, se se constatarem diferenças quanto ao grau de preparo, a igual-

¹² Ainda assim, a porcentagem de mulheres entre os alunos de alguns cursos ainda é muito baixa. Por exemplo, em Medicina, foi estimada em 17% em 1972. (Zuckerman e Cole, 1975).

dade de oportunidades educacionais — objetivo fundamental da democratização do ensino — permanecerá apenas no nível teórico enquanto não se identificarem as causas das diferenças encontradas a fim de garantir a sua eliminação.

CANDIDATAS E CLASSIFICADAS

Uma forma de investigar se moças e rapazes obtêm igual sucesso no vestibular é verificar se as candidatas são classificadas na mesma proporção em que se candidatam. Esses dados estão na Tabela 7, onde observamos que, no vestibular de São Paulo em 1975, a porcentagem de classificadas é menor que a de candidatas, na grande maioria das carreiras. Em algumas carreiras a diferença é pequena, em outras, bem grandes, mas somente em três a direção dessa diferença é favorável ao sexo feminino (porcentagem de classificadas maior que a de candidatas).

Fazendo idêntica comparação em outros Estados, em vários anos, não se observou tão grande regularidade¹³. E dessa variação não emergiu nenhum padrão definido que pudesse ser explicado por diferenças entre carreiras ou entre Estados. Um dos motivos dessa variabilidade é que a classificação depende não somente do desempenho do candidato — que é aquilo que nos interessa — mas também do grupo com o qual ele está concorrendo. E a constituição desse grupo depende muito do sistema de opções e do sistema de estratificação das vagas que, variando muito de instituição para instituição,

¹³ A única exceção é o Rio Grande do Sul, onde os dados mostram um padrão bem semelhante a São Paulo: a porcentagem de classificadas foi inferior à de candidatas em 56 dos 67 cursos que integraram o vestibular unificado, em 1975. Já em Minas Gerais, o quadro não se apresenta claro: dos 3 anos para os quais dispomos de dados que nos permitem comparação semelhante, 1970, 1971 e 1972, a inferioridade feminina só é nítida em 1970, quando registrou-se menor porcentagem de classificadas em 18 dos 28 cursos da Universidade. No Maranhão, essa inferioridade é nítida no vestibular de julho de 1974 (em 19 dos 22 cursos), mas não é tão marcante no de janeiro de 1975 (apareceu em 15 cursos) e simplesmente não existiu em janeiro de 1974 (apareceu em exatamente metade dos cursos). Na Bahia, os candidatos são divididos em apenas 5 áreas. A porcentagem de classificadas é maior que a de candidatas na área de ciências exatas, em todos os três anos para os quais dispomos de dados: 1973, 1974 e 1975. Nas demais áreas, a porcentagem de classificadas é menor ou igual, em todos os anos. Para o Rio de Janeiro, o Cesgranrio publicou dados do exame de 1974, mas incongruências internas das tabelas apresentadas levam à suspeita de erros de cálculo que tornam arriscada qualquer interpretação. (Cesgranrio, 1974).

TABELA 7 — PORCENTAGENS DE MULHERES ENTRE OS CANDIDATOS E OS CLASSIFICADOS NOS VESTIBULARES DE SÃO PAULO — CESCEM, CESCEA E MAPOFEI, 1975.

<i>Carreiras</i>	<i>Candidatos</i>	<i>Classificados</i>
Engenharia (c)	9 (16.521)	7 (3.510)
Agronomia (a, b)	14 (2.312)	19 (300)
Administração (b)	22 (2.954)	21 (820)
Economia (b)	26 (3.119)	24 (910)
Veterinária (a, b)	38 (1.516)	35 (225)
Química, Geologia e Física (b, c)	38 (2.000)	29 (815)
Medicina (a, b)	47 (11.808)	32 (685)
Direito (b)	49 (2.262)	43 (450)
Arquitetura (b)	54 (2.414)	33 (150)
Odontologia (a, b)	62 (4.665)	58 (553)
Ciências Matemáticas (b, c)	64 (1.992)	41 (925)
Comunicações (b)	70 (4.824)	56 (1.140)
Farmácia e Farmácia Bioquímica (a, b)	76 (2.194)	74 (315)
Ciências Biológicas (a, b)	77 (2.697)	75 (992)
Pedagogia, Geografia, C. Sociais, História, Filosofia e Turismo (b)	79 (2.705)	69 (2.462)
Ec. Domést., Nutrição, Paramédicas, Ed. Física (a)	90 (2.036)	86 (230)
Letras (b)	91 (1.830)	92 (1.446)
Psicologia (a, b)	92 (1.913)	90 (190)
Enfermagem (a)	97 (1.372)	100 (200)

NOTA: a = Cescem; b = Cescea; c = Mapofei

tornam difíceis de interpretar as diferenças de porcentagens da Tabela 7¹⁴.

Assim, uma forma mais precisa de análise do desempenho no vestibular será a comparação das médias obtidas nas provas.

NOTAS OBTIDAS NAS PROVAS

A respeito de resultados obtidos nas provas, dispomos de dados dos candidatos de 1975 do Cescem de São Paulo e do Cesgranrio do Rio de Janeiro.

14 A comparação da porcentagem de mulheres entre os candidatos e entre os classificados só seria uma boa medida do grau de sucesso de cada um dos sexos se os mesmos candidatos concorressem às mesmas vagas. Neste caso, uma porcentagem menor entre os classificados do que entre os candidatos seria clara indicação de desempenho pior nos exames. No entanto, dois fatores contribuem para dificultar a interpretação dessas diferenças de porcentagem. Em primeiro lugar, as vagas podem estar estratificadas de tal forma que determinado conjunto de candidatos não concorre ao mesmo conjunto de vagas. Por exemplo, o caso de Educação Física no Cesgranrio, onde o número de vagas para cada sexo é fixo: 50%. Como, entre os candidatos, as mulheres (N = 331) são menos numerosas que os homens (N = 431), a porcentagem de mulheres entre os classificados (50%) será sempre maior que a porcentagem entre os candidatos (43%), independentemente do desempenho nas provas. É possível que alguns homens não classificados tenham tido, nas provas, notas mais altas que algumas mulheres classificadas. Esse tipo de problema não surge apenas quando o critério de estratificação das vagas é o próprio sexo. Basta que seja um critério associado à porcentagem de candidatos de cada sexo. É o caso do Curso de Direito em São Paulo, onde há 225 vagas para os candidatos do diurno e 225 para os do noturno. Como há menos candidatos no diurno (N = 859) que no noturno (N = 1.403), se o grau de preparo dos dois grupos for o mesmo, alguns candidatos não classificados no noturno estarão melhor preparados que outros classificados do diurno. Uma vez que a porcentagem de mulheres é maior no diurno, é provável que alguns homens não sejam classificados, embora obtenham notas mais altas que mulheres classificadas no diurno.

A dificuldade de interpretação das diferenças de porcentagem de mulheres entre candidatos e classificados poderia ser resolvida se tivéssemos acesso aos dados de cada estrato. O problema seria sumariar os dados de várias instituições, porque cada uma adota um critério de estratificação diferente.

Além disso, há um segundo fator que torna as porcentagens difíceis de comparar. É que às vezes as vagas não estão abertas apenas aos "candidatos" de tal forma que, entre os classificados, aparecerão indivíduos que não estavam entre os "candidatos". Isto é comum quando o sistema de opções classifica os candidatos independentemente da ordem de opção, mas nas estatísticas só são contados como "candidatos" a uma carreira aqueles que a indicaram como 1ª opção. É o caso da Mapofei, por exemplo. Tomemos a Geologia. Dos candidatos (que a indicaram como 1ª opção) 23% eram mulheres. Dos 50 classificados, apenas 20% eram mulheres. A comparação dessas duas porcentagens poderia dar a impressão que as mulheres foram classificadas em menor proporção que os homens. No entanto, apenas 34 dos classificados a haviam indicado em 1ª opção e, destes, 29% eram mulheres. Portanto, as mulheres que indicaram Geologia como 1ª opção foram classificadas em maior proporção que os homens cuja 1ª opção era Geologia.

Da população total de candidatos do Cescem — 1975, foi retirada uma amostra aleatória de 10%, para a qual foram computadas as médias obtidas por cada sexo em cada prova. Encontraram-se diferenças significativas favoráveis aos rapazes em Biologia, Química, Física, Matemática e Estudos Sociais. As moças obtiveram média significativamente superior em Comunicação. Em Inglês, a diferença observada em direção a um desempenho melhor por parte das candidatas não chegou a alcançar significância.

Poder-se-ia supor que as moças obteriam médias mais baixas por serem mais numerosas nas carreiras menos concorridas. Parece plausível pensar que pessoas que se candidatam a carreiras onde a relação candidato-vaga é baixa precisam empenhar-se menos na preparação para o exame, ou que as pessoas menos preparadas optam pelas carreiras de menor concorrência. É interessante, portanto, examinar o desempenho dos dois sexos em cada carreira, o que foi feito na Tabela 8.

Como se pode verificar, existem diferenças sistemáticas entre as carreiras: independentemente das diferenças nos pesos atribuídos a cada prova entre as várias carreiras, há uma forte tendência no sentido de que, se numa determinada prova a média dos candidatos de certa carreira é a mais alta, quase sempre o mesmo ocorre nas demais provas. Isso pode ser observado quando se examina a ordem decrescente das médias nas colunas de cada prova da Tabela 8. Desse modo, a alta correlação entre os resultados das provas, que usualmente se observa entre indivíduos, manifesta-se também quando se consideram as médias dos grupos de indivíduos segundo a carreira pela qual optaram¹⁵.

Entretanto, há dois pontos que merecem destaque na Tabela 8. Em primeiro lugar, a ordenação entre as carreiras, feita a partir da ordem decrescente das médias, não corresponde exatamente àquela que seria de se esperar se o critério fosse o grau de concorrência, conforme se pode observar pelo total de candidatos a cada carreira. Em segundo lugar, independentemente de qualquer variação entre as carreiras, verifica-se com surpreendente regularidade a inferioridade relativa das moças, em quase todas as provas de quase todas as carreiras. Uma única exceção a esse padrão aparece nos resultados

15 Ao interpretar essa tabela deve-se ter o cuidado de não comparar magnitudes de diferenças entre provas, porque as variâncias das provas não são iguais. Assim, por exemplo, entre os candidatos de Medicina, a superioridade masculina em Estudos Sociais (5 pontos) não é maior do que em Matemática (2 pontos). Da mesma forma, as magnitudes das diferenças da Tabela 8 não são comparáveis às da Tabela 9.

TABELA 8 — MÉDIAS DOS ESCORES BRUTOS DE CADA PROVA DO VESTIBULAR-CESCEM/1975, SE-
GUNDO O SEXO DOS CANDIDATOS E A CARREIRA PELA QUAL OPTARAM¹

Carreira	Biologia		Química		Física		Matemática		Est. Sociais		Inglês		Comunicação		Nº de candidatos
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Medicina	18	16	17	14	19	16	17	15	42	37	15	15	35	36	10.112
Biologia	17	15	16	13	18	14	13	13	44	37	14	14	34	35	1.859
Paramédicas	—	15	—	13	—	14	—	13	—	36	—	15	—	34	939
Farmácia	16	15	16	15	17	16	15	15	43	36	13	14	36	34	1.471
Odontologia	15	14	13	13	16	14	12	12	38	33	12	13	29	32	2.470
Veterinária	14	13	14	13	14	13	12	11	37	34	10	14	28	31	644
Enfermagem	—	14	—	12	—	13	—	11	—	33	—	12	—	30	1.372
Psicologia	—	13	—	12	—	12	—	11	—	35	—	13	—	33	1.421
Agronomia	14	18	13	17	15	18	12	18	37	43	11	15	28	41	1.498
Nutrição	—	11	—	11	—	12	—	10	—	30	—	12	—	29	564
Ed. Física	12	11	10	10	13	11	11	8	32	30	9	13	27	29	463
Econ. Doméstica	—	9	—	10	—	11	—	10	—	31	—	10	—	26	70

OBS.: nas caselas onde N < 10, as médias foram desprezadas.

1 Amostra aleatória de 10% da população.

das moças que optaram por Agronomia, cujas médias em todas as provas são superiores às dos rapazes que escolheram essa carreira e, de um modo geral, igual ou superior às médias masculinas de qualquer carreira. Esses dados são sugestivos pois, de todas as carreiras do Cescem, a Agronomia é a que possui menor porcentagem de mulheres tanto entre os candidatos como entre os matriculados. Com base nesse critério, trata-se de uma carreira masculina por excelência. É bastante provável que as moças que escolhem essa carreira sejam diferenciadas da população escolar feminina em geral. A decisão por um destino profissional discrepante das normas que regulam os papéis sexuais associa-se, provavelmente, com capacidade e motivação acima da média. Além disso, a jovem que escolhe uma carreira não convencional para a mulher superou de algum modo oposições mais ou menos ostensivas da parte das pessoas significativas com quem convive e deve perceber a si mesma como capaz de enfrentar os obstáculos futuros que, provavelmente, encontrará para sua plena realização profissional. E também é possível que, ao contrário, essas jovens se originem de ambientes sociais nos quais imperam valores mais inovadores quanto ao papel da mulher, o que não deixa de diferenciá-las de suas colegas em geral.

A inferioridade de desempenho das mulheres não é uma simples idiosincrasia das candidatas paulistas. Nas médias da população total de candidatos das três áreas do Cesgranrio — 1975, manifesta-se um padrão semelhante conforme se pode constatar na Tabela 9.

Português e Língua Estrangeira foram as provas nas quais as moças obtiveram médias superiores às

dos rapazes nas três áreas. Na área Combimed, as médias femininas foram menores em todas as demais provas e, também na área Consart, as moças saíram-se pior em todas, exceto em Biologia. É na área Concitec que o desempenho feminino foi melhor: das nove provas, as candidatas obtiveram médias superiores em cinco: História, Biologia e Química, além de Português e Língua Estrangeira. Esse dado chega a ser surpreendente à primeira vista, pois na Combimed e Consart as mulheres constituem respectivamente 58% e 57% dos candidatos, enquanto que na Concitec elas constituem apenas 19%. Essas moças, representam uma minoria, ou seja, pouco mais de 1/10 do total de mulheres que prestaram vestibular pelo Cesgranrio e é provável que também para elas aplique-se a hipótese que levantamos para as futuras agrônomas, ou seja, de que constituem um grupo diferenciado da população feminina que procura o ensino superior.

CONSISTÊNCIA COM OUTROS ESTUDOS

A explicação das diferenças observadas no desempenho dos dois sexos é o problema mais importante colocado pelos dados apresentados. Antes, entretanto, vale a pena mencionar que essas diferenças apresentam uma consistência impressionante com as constatadas em estudos semelhantes realizados no Brasil e em outros países e com os resultados de investigações sobre diferenças de sexo em habilidades intelectuais ou cognitivas.

Bessa (1971) aplicou, a uma amostra aleatória de 10.499 estudantes das três séries do ensino de 2.º grau da Guanabara, testes educacionais de Uso da Linguagem Correta, Vocabulário, Compreensão de

TABELA 9 — MÉDIA DOS ESCORES BRUTOS DE CADA PROVA DO VESTIBULAR CESGRANRIO, 1975, SEGUNDO O SEXO DOS CANDIDATOS E A ÁREA PELA QUAL OPTARAM.

	COMBIMED (a)		COMCITEC (b)		COMSART (c)	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Português	15,2	16,2	15,6	17,7	14,8	15,6
Língua Estrangeira	9,0	9,9	9,2	11,4	8,2	9,1
História	7,5	7,2	7,7	7,9	7,6	7,4
Geografia	10,9	9,7	11,3	10,9	9,4	8,5
OSPB	8,5	7,9	8,7	8,7	8,3	7,5
Química	9,6	8,9	9,2	9,7	8,3	7,9
Biologia	17,5	16,8	15,6	16,4	11,9	12,3
Física	8,3	7,5	8,8	8,3	8,6	7,0
Matemática	6,5	6,1	7,1	6,9	6,2	5,9
TOTAL DE CANDIDATOS	10266	14261	18508	4313	9132	11990

NOTA: a = Área de Ciências Médico-biológicas
 b = Área de Ciências Exatas
 c = Área de Artes e Ciências Humanas

Leitura, Estudos Sociais, Matemática, Ciências Físicas e Naturais. As médias para cada sexo, em cada uma das três séries, revelam melhor desempenho das moças apenas em Uso da Linguagem Correta. Em todas as demais provas, os rapazes obtiveram médias superiores. Os dados do exame de madureza em São Paulo, no ano de 1970, apresentados por Barroso e Oliveira (1971) revelam a mesma tendência. Entre alunos que prestaram madureza de 1.º ciclo, a porcentagem de aprovação das mulheres foi maior que a dos homens em Português, e inferior nas demais disciplinas: Matemática, História, Geografia e Ciências, sendo que a maior diferença nas porcentagens de aprovação, entre os dois sexos, ocorreu nesta última disciplina: 24%. Nos exames de madureza do 2.º ciclo, as mulheres foram aprovadas em maior proporção que os homens em Português, Francês e Filosofia, tendo ocorrido o contrário em Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês e Desenho. Gouveia (1972), analisando o desempenho dos candidatos ao cargo de Técnico de Tributação do Serviço Público Federal (11.163 candidatos das várias regiões do país) encontrou porcentagem de aprovação maior entre os homens do que entre as mulheres. Os dados da autora não permitem verificar as diferenças de sexo no rendimento nas várias provas do concurso, mas mostram que a inferioridade feminina nas taxas de aprovação persistiu mesmo quando os candidatos foram divididos segundo o curso superior concluído.

Nos Estados Unidos, a literatura a respeito de diferenças sexuais em rendimento acadêmico e em habilidades intelectuais é vastíssima. Maccoby (1966), na revisão que fez dos estudos nessa área, dá um balanço geral das diferenças encontradas entre os sexos. Entre as habilidades nas quais a maioria das pesquisas verificaram melhor desempenho de homens, estão Raciocínio Espacial, Raciocínio Analítico, Solução de Problemas e Conhecimento Científico. Por outro lado, as habilidades em Fluência Verbal, Construção correta de sentenças, Gramática e Leitura estão entre aquelas nas quais a maioria das investigações encontraram diferenças favoráveis ao sexo feminino. Os resultados das investigações revistas por Maccoby (1966) são bastante consistentes com os apresentados por Flanagan (1969). Referindo-se ao Project Talent, que estudou uma amostra extensiva dos alunos de escolas médias norte-americanas, Flanagan relata melhor rendimento dos meninos em testes de Habilidade Mecânica, Habilidade Espacial e Raciocínio Aritmético, e melhor rendimento de meninas em Leitura, Linguagem, Pontuação, Ortografia, Expressão Verbal e Cálculo Aritmético. No que se refere aos candidatos ao ensino superior, os dados norte-americanos são também semelhantes aos brasileiros. As médias obtidas pelo American College Testing Program em 1966-1967 revelavam melhor desempenho das mulheres em Inglês, e dos homens em Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais (CCHE, 1973).

Os estudos internacionais realizados pela International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA) revelam diferenças de sexo no mesmo sentido. O primeiro desses estudos, sobre realização na área Matemática (Husen, 1967), abrange 11 países desenvolvidos do mundo ocidental, além do Japão, nos quais foram testadas crianças em diferentes idades. Do total de 38 comparações entre os sexos feitas em vários grupos etários nos diferentes países, apenas duas foram favoráveis às meninas. Embora em alguns casos as médias das meninas de um país fossem superiores às dos meninos de outro, dentro de um mesmo país os meninos obtiveram invariavelmente melhores resultados. Na média dos países, a diferença favorável aos meninos, expressa em termos de desvios padrão, aumentou de 0,18 aos 13 anos para 0,43 ao final do ensino médio, o que parece indicar a influência do processo de socialização. O segundo estudo da IEA, na área de Ciências Físicas e Naturais, abrangeu 19 países, incluindo-se países desenvolvidos do mundo ocidental, Japão e alguns países do terceiro mundo. Nesse estudo avaliou-se o desempenho de alunos em três idades diferentes (10 anos, 14 anos e final da escola média). Como no caso de Matemática, as diferenças entre meninos e meninas de um mesmo país ocorreram sempre na direção favorável aos meninos, embora as médias das alunas de um país pudessem, em alguns casos, ser superiores às dos alunos de outro. Para o conjunto de países estudados, as diferenças entre meninos e meninas, expressas em desvios padrão, foram de 0,23, 0,46 e 0,69 respectivamente para as idades de 10 anos, 14 anos e final do 2.º grau, apresentando, portanto, uma forte tendência em aumentar com a idade (Comber e Keeves, 1973). Na área de Compreensão de Leitura, na qual a IEA também realizou investigação internacional em 15 países, com crianças de 10 anos, 14 anos e final da escola média, as diferenças de sexo não se revelaram tão claras quanto em Matemática e Ciências (Thorndike, 1973). A hipótese de que as meninas apresentariam melhores resultados nessa disciplina não foi confirmada. As correlações entre sexo e o escore na prova de Compreensão de Leitura foram ora positivas, ora negativas, dependendo do país e, no geral, muito pequenas. Esse resultado não é de todo surpreendente. Embora exista uma acumulação de evidência, especialmente na literatura norte-americana, mostrando que os meninos progridem

mais vagarosamente em leitura e apresentam mais dificuldades nessa matéria, esses trabalhos têm também mostrado que isso ocorre especialmente nos primeiros anos de escolaridade. A tendência parece ser a de que, a partir da 3ª ou 4ª série elementar, os meninos superem as dificuldades iniciais e a superioridade das meninas na área de compreensão verbal se torne menos marcante (Maccoby, 1966).

OUTRAS VARIÁVEIS QUE AFETAM O DESEMPENHO

O sexo é apenas uma das variáveis associadas ao maior ou menor sucesso no vestibular. Outros fatores têm influência, mais poderosa em alguns casos, na determinação dos resultados desse exame. Entre esses fatores podemos destacar o nível sócio-econômico da família, o nível educacional dos pais, a vida escolar do candidato e o grau de urbanização do local de residência.

Para os candidatos do Cessem, 1975, procedeu-se à análise das notas em função das informações constantes do questionário de inscrição, o que possibilitou verificar quais variáveis poderiam responder pelo desempenho no exame. Os resultados de um modo geral seguiram o padrão esperado, e estão sumariados a seguir.

Situação sócio-econômica da família. Neste aspecto, os indicadores que apresentaram associação com o desempenho foram: o nível de instrução dos pais — tendem a ter notas mais altas em todas as provas do vestibular os candidatos cujos pais e mães têm nível de instrução mais alto; o exercício de atividade remunerada pelo candidato — os que não trabalham saem-se melhor em todas as provas; e o nível de renda da família — candidatos provenientes de família de renda mais alta têm melhor desempenho. Quanto a esta última variável, as diferenças no desempenho dos candidatos só são notadas quando as diferenças de renda são grandes. No que se refere ao nível ocupacional dos pais não se observou um padrão regular na associação entre essa variável e a taxa de aprovação no vestibular, o que talvez se deva às dificuldades inerentes à classificação e ordenação adequada das ocupações.

Vida escolar. Os candidatos que fizeram o colegial científico tiveram notas mais altas em todas as matérias, inclusive as humanísticas, o que é sur-

preendente, uma vez que os cursos científicos enfatizam as ciências físicas e biológicas, em detrimento das humanas¹⁶. O período em que o candidato cursou o colegial também influencia seu desempenho: os que fizeram diurno tendem a ser melhor sucedidos nas provas. Quanto à entidade mantenedora, não foram encontradas grandes diferenças: em todas as provas, as médias dos candidatos que freqüentaram escolas particulares foram apenas ligeiramente superiores às dos egressos de estabelecimentos públicos¹⁷.

O cursinho responde por uma variação considerável entre os candidatos: há grande diferença entre os que não fizeram e os que fizeram cursinho, favorável a estes últimos, embora a relação entre tempo de cursinho e nota não seja linear para todas as matérias¹⁸.

Um último fator relativo à vida escolar parece ter influência no resultado do vestibular — as notas obtidas no 2.º grau. Candidatos cujas médias foram mais altas no curso colegial obtiveram notas melhores no exame¹⁹.

Mobilidade e urbanização. Os candidatos de outros Estados tendem, em algumas provas, a ter notas maiores que os da capital de São Paulo, e

16 É possível que os melhores alunos procurem fazer o curso científico de modo que sua superioridade se deva menos ao tipo de ensino ministrado do que a uma seleção anterior ao colegial.

17 É provável que haja grande heterogeneidade entre as escolas particulares, mas nossos dados não permitem investigar essa hipótese.

18 Essa não linearidade parece indicar que, semelhantemente ao que ocorre com o curso científico, em certa medida a superioridade dos que fazem cursinho se deve — não propriamente ao efeito do cursinho — mas ao fato de os alunos com maior probabilidade de sucesso no vestibular terem também maior probabilidade de fazer cursinho.

19 Note-se que estas são notas declaradas pelos candidatos. A associação observada aumenta a confiança que se pode depositar nestas declarações e — por extensão — nas respostas aos demais itens do questionário preenchido no momento de inscrição. Observe-se também que essa associação contraria as expectativas predominantes nos meios educacionais brasileiros, onde existe forte desconfiança quanto à validade dessas notas, em virtude da grande variabilidade de critérios existente entre professores e instituições diferentes. Apesar dessa inegável variabilidade, as notas se revelaram capazes de predizer o sucesso no vestibular.

estes últimos, maiores que aqueles provenientes do interior do Estado. Essas diferenças são relativamente pequenas e há poucos candidatos de outros Estados de tal forma que constituem provavelmente amostra altamente selecionada.

Na medida em que fatores de natureza diversa concorrem para o resultado do vestibular, poder-se-ia supor que o maior ou menor sucesso de um ou outro sexo seria devido a uma clara associação desta última variável com uma constelação daquelas fatores que favorecem ou dificultam o desempenho. Proce-deu-se neste sentido a uma análise comparativa das vestibulandas e vestibulandos do Cescem e do Cesgranrio com o objetivo de verificar se haveria diferença entre os sexos quanto a certos fatores que se mostraram associados com o desempenho no vestibular. Os resultados nem sempre foram claros: das variáveis que fariam prever maior sucesso no vestibular, algumas estão mais associadas ao sexo feminino, outras ao masculino. Desse modo, em relação a seus colegas, as moças que se apresentam aos vestibulares do Cescem e do Cesgranrio tendem com maior freqüência a: ter feito colegial no período diurno, não trabalhar e ter obtido média maior nas disciplinas do colegial (ver Anexo), variáveis estas preditivas de maior sucesso. Apenas entre os candidatos do Cescem constatou-se ainda que maior porcentagem de moças do que rapazes nasceu na capital. Por outro lado, também apenas entre os candidatos do Cescem uma menor porcentagem de moças fez o científico e freqüentou cursinho, e o nível de instrução dos pais das candidatas é ligeiramente inferior ao dos pais dos candidatos, fatores que se associam com desempenho inferior no vestibular.

Pode-se portanto esperar que o sexo do candidato deva exercer uma influência específica sobre o sucesso no vestibular, independentemente de outros fatores. Para verificar essa hipótese foi controlada para cada prova a influência de cada uma das variáveis relevantes para o desempenho no vestibular, associadas ou não a sexo, observando-se se a diferença entre a média de candidatos e candidatas se manteria. Isso de fato ocorreu em todos os casos. Os gráficos de 3 a 9 foram selecionados para exemplificar o que acabamos de dizer²⁰. Como se pode

20 Os demais gráficos podem ser consultados no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

verificar, por exemplo no Gráfico 3, existe nítida diferença de desempenho na prova de Estudos Sociais, entre os candidatos das três faixas de renda familiar, mas em cada faixa de renda mantém-se a superioridade das médias dos rapazes em relação às das moças da mesma faixa. O mesmo se observa no Gráfico 4 em relação à influência do período em que o candidato cursou o 2.º grau e a média de rapazes e moças na prova de Matemática. Neste último gráfico, deve-se lembrar que os candidatos que declararam ter cursado o 2.º grau em período diurno e noturno provavelmente são aqueles que no último ano desse grau se transferiram para o noturno a fim de fazer concomitantemente o cursinho. Estes constituem uma população diferente dos que fizeram todo o curso de 2.º grau em período noturno. No Gráfico 5, as médias dos rapazes na prova de Biologia são maiores que as das moças, tanto entre os candidatos que não trabalham ou trabalham pouco, como entre os que trabalham muito.

O melhor desempenho das candidatas na prova de Comunicação mantém-se, independentemente do tipo de curso de 2.º grau realizado, como mostra o Gráfico 6. O Gráfico 7 refere-se às médias na prova de Inglês, verificando-se que há diferenças substanciais de desempenho entre os que freqüentaram e os que não freqüentaram cursinho, mas não entre

GRÁFICO 3 — ESTUDOS SOCIAIS X RENDA TOTAL DA FAMÍLIA

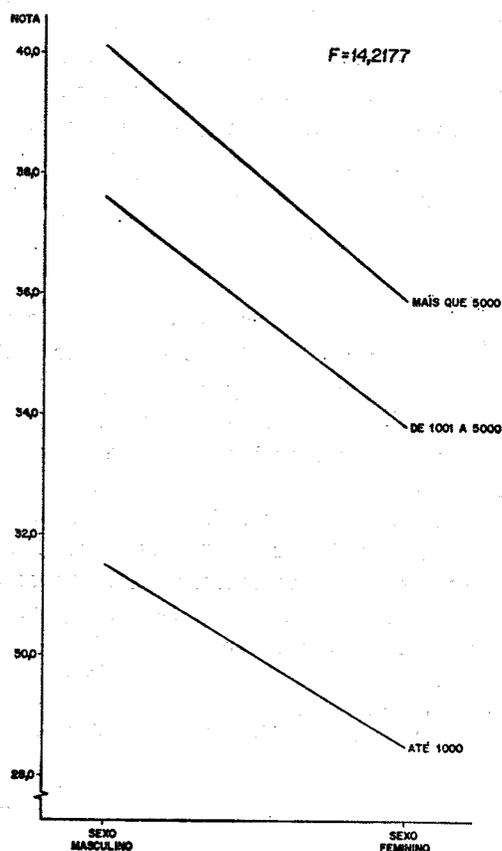


GRÁFICO 4 — MATEMÁTICA X PERÍODO DO 2.º CICLO

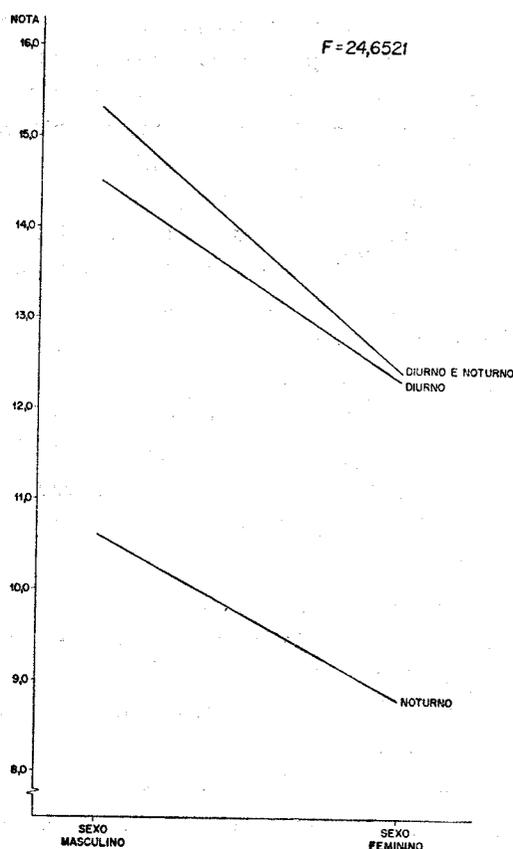
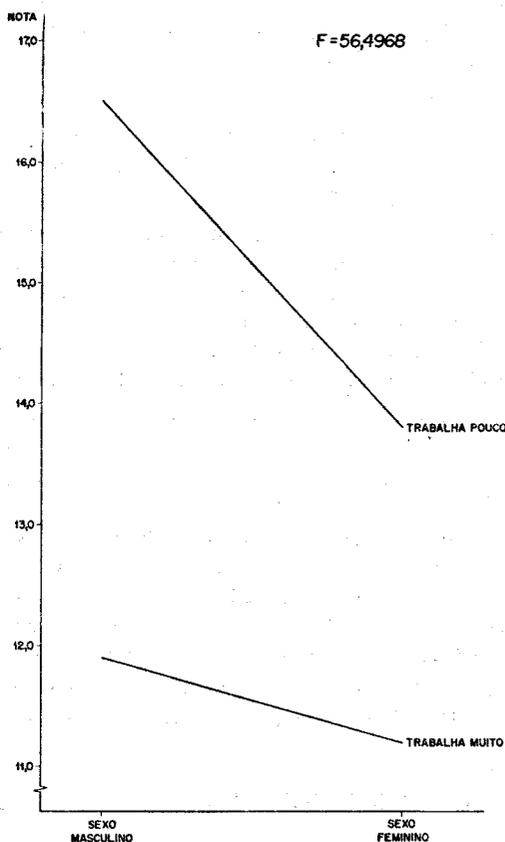


GRÁFICO 5 — BIOLOGIA X HORAS POR SEMANA QUE TRABALHA



rapazes e moças. Deve-se lembrar que a prova de Inglês foi a única em que não se observaram diferenças entre os sexos, quando se controlou qualquer das variáveis em questão.

Nos Gráficos 8 e 9 os níveis de instrução da mãe e do pai foram controlados respectivamente para as médias em Matemática e Física, observando-se a mesma tendência revelada pelos dados agregados.

GRÁFICO 6 — COMUNICAÇÃO X CURSO SECUNDÁRIO

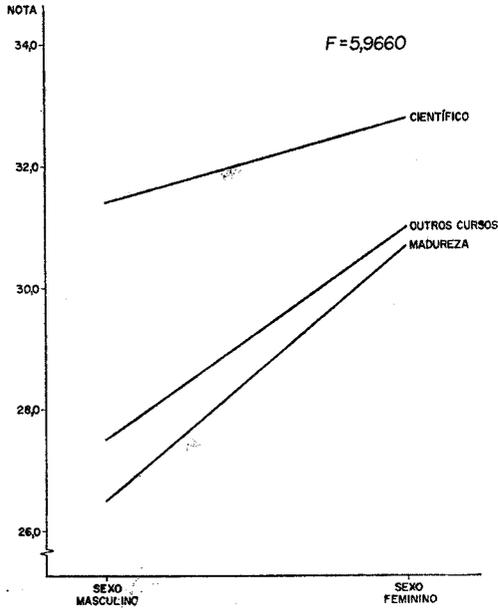


GRÁFICO 7 — INGLÊS X FREQUÊNCIA A CURSINHO

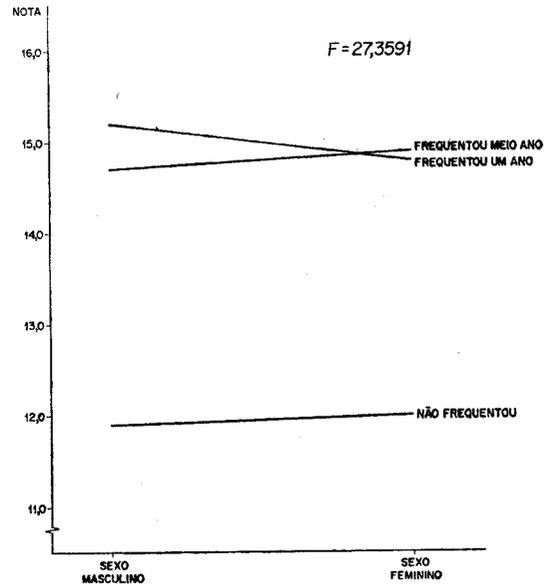


GRÁFICO 8 — MATEMÁTICA X NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA MÃE

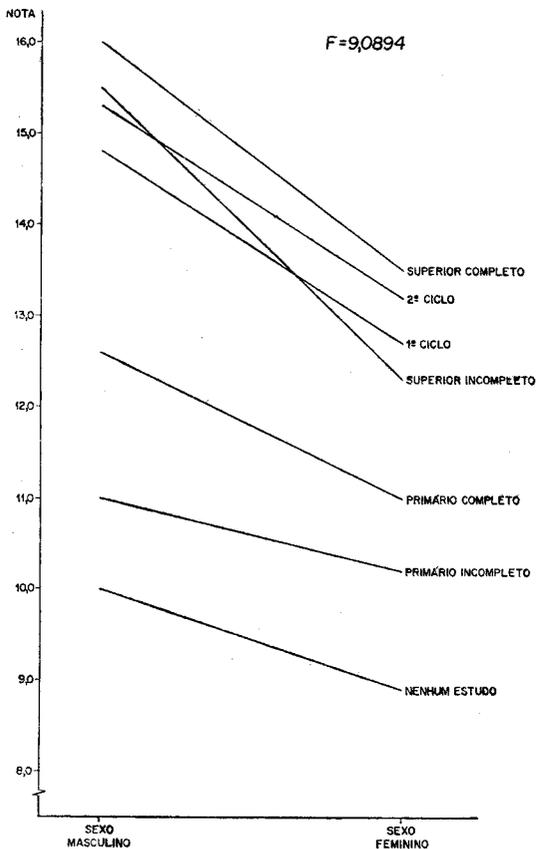
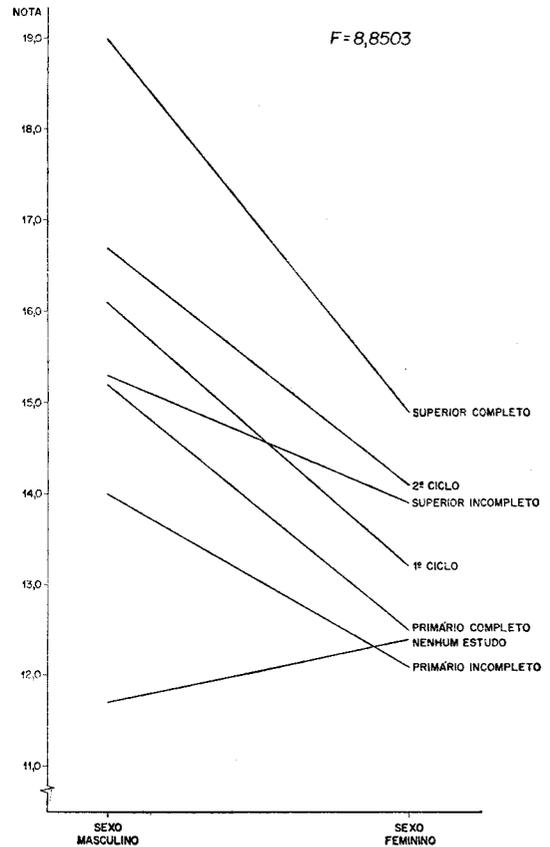


GRÁFICO 9 — FÍSICA X NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO PAI



Poder-se-ia supor que, embora cada uma das variáveis estudadas de per si não pudesse eliminar ou diminuir substancialmente a diferença de desempenho entre os sexos, essa diferença pudesse ser explicada por uma análise multivariada que controlasse o conjunto dessas variáveis e suas interações. Foram obtidas, então, equações de regressão múltipla "stepwise", nas quais os critérios eram as notas de cada prova, e os preditores eram as variáveis de nível sócio-econômico e vida escolar que revelaram maior associação com os resultados das provas. A medida em que sexo de per si explica a variância residual nas notas foi determinada depois que todas as variáveis predictoras incluídas na equação foram controladas estatisticamente.

Os resultados dessa análise para as provas de Português (Comunicação) e Matemática são apresentados nas Tabelas 10 e 11. Na Tabela 10 vemos que o coeficiente de correlação múltipla (R) de Portu-

guês com as oito variáveis incluídas na equação foi 0,43, e portanto, essas variáveis explicam apenas 18% da variância dessa prova. Observamos também que duas variáveis (renda da família e trabalho mais de 10 horas por semana), apesar de terem correlação de ordem zero significativa com Português, não alcançaram pesos significativos (Betas) como preditores na equação de regressão múltipla final. É que essas variáveis estão associadas a nível de instrução do pai e da mãe, trazendo portanto pouca informação adicional quando consideradas em conjunto.

Depois que todas as oito variáveis entraram na regressão, a correlação parcial entre ser mulher e ter nota alta em Português foi 0,05. Isto é, mesmo após o controle das variáveis de nível sócio-econômico e vida escolar, persiste uma diferença entre os sexos, ainda que bem pequena. Note-se que essa estimativa da influência do sexo nas notas é muito

TABELA 10 — PREDITORES DA NOTA DE COMUNICAÇÃO (PORTUGUÊS) DO CESCEM 1/1975
R = 0,43; r parcial de sexo é 0,05* (F = 2,54; n = 935)

Variável	Correlação com Comunicação	Equação de regressão múltipla final	
		Beta	F
Frequência a cursinho	0,27	0,22	52,09
Médias de notas do 2.º grau	0,27	0,22	51,49
Nível de instrução da mãe	0,22	0,09	6,36
Escola média no diurno	0,21	0,06	2,81
Nível de instrução do pai	0,23	0,09	5,36
Curso colegial científico	0,09	0,07	5,50
Renda da família	0,12	0,02	0,48 n. s.
Trabalha mais de 10 h/semana	-0,21	-0,02	0,22 n. s.

1. Variáveis são apresentadas na ordem de entrada em uma equação de regressão "stepwise".
* Controlando-se todas as variáveis listadas

TABELA 11 — PREDITORES DA NOTA DE MATEMÁTICA DO CESCEM/1975
R = 0,46; r parcial de sexo é - 0,16 (F = 23,73; n = 935)

Variável	Correlação com Matemática	Equação de regressão múltipla final	
		Beta	F
Frequência a cursinho	0,34	0,29	89,09
Nível de instrução do pai	0,23	0,10	6,82
Média das notas do 2.º grau	0,18	0,17	33,21
Curso colegial científico	0,11	0,09	9,72
Nível de instrução da mãe	0,21	0,07	3,26
Renda da família	0,14	0,04	1,31 n. s.
Escola média no diurno	0,17	0,03	0,49 n. s.
Trabalha mais de 10 h/semana	-0,19	-0,03	0,52 n. s.

conservadora pois ela reflete apenas o poder explicativo do sexo em relação à variância residual das notas, deixando de lado a influência indireta do sexo que faz com que as candidatas tenham vida escolar diferente da dos candidatos.

Na Tabela 11 temos dados semelhantes para a prova de Matemática. Aqui vemos, porém, que a influência da variável sexo, agora favorável aos rapazes (r parcial é negativo) é bem maior. Isto quer dizer que as moças de um determinado nível sócio-econômico (indicado pelo nível de instrução dos pais), que tenham frequentado colegial científico e cursinho e que tenham obtido certa média no colegial, tendem a obter, na prova de Matemática do vestibular, nota inferior à dos rapazes da mesma condição. Não devemos esquecer que estamos tratando de tendências, ou seja, de diferenças médias entre os sexos; há ainda amplo lugar para diferenças individuais. Embora os candidatos do sexo masculino tenham médias mais altas que os do sexo feminino (e essa diferença se mantenha mesmo após o controle de todas as variáveis estudadas) há uma considerável sobreposição entre as distribuições das notas, de cada um dos sexos. É até possível que a melhor nota na prova de Matemática seja de uma candidata. Muitas moças certamente tiveram notas mais altas nessa prova que a maioria dos rapazes. Mas o importante é que a maioria das moças tiveram notas mais baixas que a maioria dos rapazes. Como grupo, as mulheres apresentaram desempenho inferior.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

A mulher está participando cada vez mais dos benefícios do ensino superior, no qual sua representação aumentou em taxas maiores que a da expansão geral desse ensino. Um exame mais crítico todavia revela que esta é uma conquista apenas parcial. O padrão de escolha de carreiras das mulheres — em que pese estarem elas cada vez mais presentes em nossas faculdades — não sofreu alterações dignas de nota. Ao contrário, aumentou a concentração de mulheres em carreiras consideradas femininas. Além disso, a comparação entre matriculadas e vestibulandas não permite prever que a estereotipia da escolha vocacional condicionada ao sexo venha a sofrer mudanças fundamentais a curto prazo. Quadro semelhante é encontrado em países desenvolvidos do mundo ocidental, o que leva a crer que a questão transcende os fatores puramente econômicos que sem dúvida são poderosos para determinar quem tem acesso à universidade.

Quando concorre a uma vaga na faculdade, a mulher tem menores chances de sucesso do que o homem: mesmo depois que se controla a influência de variáveis cuja importância no desempenho é amplamente reconhecida, o sexo continua a ter, em si

mesmo, um peso razoável na determinação do sucesso ou do fracasso. A diferença favorável às pessoas do sexo masculino observada entre os vestibulandos assemelha-se às encontradas em outros estudos.

Os dados apresentados não são suficientes para explicar as origens mais profundas dessas diferenças, mas mesmo com essa limitação revestem-se de grande interesse prático. Pelo que indicam, quase a metade da população escolar que consegue chegar ao vestibular — e que já é altamente selecionada — tem suas oportunidades limitadas quanto às carreiras que a priori lhe são definidas como apropriadas. O talento da mulher vê-se desse modo mal orientado, com a agravante de que provavelmente não se favorece o seu desenvolvimento intelectual tanto quanto o do homem, a julgar pela inferioridade de seu desempenho nas provas do exame vestibular.

Pode-se argumentar que as diferenças de sexo existentes no ensino superior de nosso país não constituem a questão de maior prioridade, com o que concordamos até certo ponto. Convém contudo não esquecer que a democratização das oportunidades de educação não exige apenas medidas que favoreçam uma representação mais justa das diversas camadas sociais no sistema de ensino. Aqueles poucos que conseguem vencer a seleção econômica é desejável que sejam dadas as mesmas oportunidades de desenvolvimento e as mesmas responsabilidades.

Além do interesse prático que o conhecimento das diferenças educacionais relacionadas com o sexo possa ter, a explicação da origem dessas diferenças pode tornar-se uma área de investigação importante nas ciências humanas em geral. Neste sentido, o presente trabalho pretende chamar a atenção para a necessidade de desenvolvimento de linhas de pesquisa que possam explorar mais a fundo aspectos que foram sugeridos pelos dados aqui apresentados, alguns dos quais seria de interesse ressaltar.

Foi observado, por exemplo, que as vestibulandas são melhores alunas na escola média, ou seja, obtêm médias superiores que as dos rapazes no segundo grau. Ora, dada a importância que é atribuída à escola no desenvolvimento intelectual das pessoas, merece maior atenção o fato de que esse dado é contraditório com o desempenho inferior que as moças apresentam no vestibular. É também interessante notar que outras investigações chegaram a resultados semelhantes. Há uma tendência de as diferenças de sexo, quando investigadas na situação escolar, serem favoráveis às mulheres, ao passo que, de modo geral, dá-se o contrário quando o desempenho é avaliado em situações mais padronizadas e impessoais, como em concursos e exames de ingresso. A respeito dos candidatos ao cargo de Técnico de Tributação, estudados por Gouveia (1972), diz a autora: "... as mulheres teriam prestado menor número de

vestibulares, realizado o curso superior com maior regularidade ou menor número de retardamentos, e obtido melhores notas". Gouveia e Havighurst (1969) também constataram que a população escolar feminina apresentava maior regularidade no prosseguimento de estudos e menor tendência à reprovação. Dados semelhantes foram obtidos por Rosemberg (1975), quanto a evasão, idade ideal e reprovação da população escolar de ambos os sexos em São Paulo e no Brasil: a porcentagem de meninas cursando as diferentes séries na "idade ideal" para a série é maior que a porcentagem de meninos, a evasão e a repetência entre a clientela feminina é menor do que entre a masculina.

Maccoby (1969) menciona investigações segundo as quais as meninas obtêm notas mais altas que os meninos na escola e tendem a ter um rendimento mais uniforme do que o de seus colegas, nas diferentes disciplinas. Segundo o relatório da Carnegie Commission for Higher Education (CCHE 1973), apesar da inferioridade do rendimento das mulheres nos exames para admissão na universidade, elas tendem a obter melhores notas tanto na escola média como durante o curso superior.

É possível, portanto, que fatores diferentes influenciem o desempenho na situação escolar de um lado, e em situações de verificação independentes da escola de outro, produzindo resultados diversos para o sexo masculino e feminino. Uma hipótese plausível seria a de que as notas escolares expressam uma avaliação de atitudes além de rendimento intelectual, e seriam favoráveis à mulher na medida em que esta apresenta com maior frequência que seus colegas do sexo masculino, comportamentos que a escola considera desejáveis para ambos os sexos. Outra hipótese possível é a de que as meninas rendem mais na escola porque são mais esforçadas, isto é, compensam suas dificuldades empenhando-se mais nas tarefas escolares. Infelizmente, muito pouco se tem estudado a esse respeito. Algumas investigações sobre diferenças de sexo na interação com o professor em sala de aula constataram que as meninas tendem a receber maior número de aprovações e menor número de críticas que os meninos (Brophy e Good, 1970; Meyer e Thompson, 1956; Biber et al., 1975; Sears e Feldman, 1966). Feshbach (1969) concluiu que futuros professores preferem alunos com características de personalidade mais comuns nas mulheres, e Carter (1952) encontrou certo viés nas notas dadas pelo professor, em favor das meninas. Embora esses resultados reforcem as hipóteses levantadas, as evidências não são claras. Muitos estudos não separam a frequência da interação da qualidade da interação (recompensa — punição). Alguns dos trabalhos mencionados verificaram que o professor tende a interagir mais com alunos-problema, os quais são com maior fre-

quência do sexo masculino. Além disso, de um modo geral a confiabilidade das pesquisas sobre interação em sala de aula, percepções de alunos e professores, e outros temas semelhantes não é muito grande, dada a dificuldade de se construírem instrumentos de medida satisfatórios. O que acontece com meninos e meninas na escola e quais fatores influenciam, de um lado, o ajustamento de crianças de ambos os sexos na situação escolar e, de outro, as notas recebidas por elas, é ainda uma área de investigação a ser melhor explorada. Esta área, como ocorre com a pesquisa sobre o ensino de modo geral, é de abordagem difícil na medida em que muitas são as variáveis em jogo e nem sempre é possível controlá-las sem tornar artificial o contexto da pesquisa.

No tocante à realização intelectual independentemente de notas escolares, um padrão tão generalizado nas diferenças de desempenho entre os sexos poderia sugerir a interpretação mais fácil de que o potencial feminino é inferior ao masculino. Ou pelo menos de que existem características inerentes aos sexos que determinam as habilidades de cada um: as mulheres possuem aptidões superiores para alguns tipos de realização verbal, especialmente as que envolvem memória, vocabulário, conhecimento gramatical e fluência, ao passo que aos homens reservam-se melhores aptidões em quase todas as demais realizações intelectuais, entre elas as que são imprescindíveis para o desenvolvimento do pensamento científico e abstrato. Parece claro que esta última generalização implica do mesmo modo em afirmar a inferioridade intelectual da mulher. Todavia essa linha de interpretações não tem sido confirmada através de longa acumulação de rigorosas pesquisas (Guilford, 1967). Embora se tenha constatado inúmeras vezes as diferenças de desempenho entre os sexos, as tentativas de explicá-las a partir de diferenças biológicas ou genéticas não foram bem sucedidas (Weisstein, 1971). Atualmente existe grande consenso de que fatores ambientais, que produzem diferentes experiências e oportunidades de desenvolvimento, devem ser os responsáveis pelas características do potencial intelectual feminino e masculino, e algumas hipóteses nesse sentido são aventadas nos estudos que investigaram ou constataram diferenças sexuais no desempenho, mencionado na seção anterior. Embora não se tenha chegado a conclusões seguras a respeito de quais desses fatores são importantes e de como eles atuam, estudos nessa linha vêm produzindo resultados sugestivos.

Investigações na área da psicologia sugerem que a socialização do papel feminino afeta as aspirações, expectativas e motivações da mulher em situações da vida adulta. A menina é ensinada a obedecer e a não disputar com o homem, a assumir um papel secundário para ser amada. Os modelos

femininos veiculados por nossa cultura reforçam os valores do grupo familiar restrito. Todos esses fatores parecem colaborar para que a mulher, mesmo aquela que é bem dotada intelectualmente e que assume valores inovadores quanto ao seu papel, tenha receio de empenhar-se demais para ser bem sucedida. Horner (1968), utilizando uma técnica projetiva, constatou que, especialmente em situações de competição, as mulheres apresentam o que ela chamou motivo para evitar o sucesso, e que esse motivo é mais comum entre as mulheres mais inteligentes. Segundo essa autora, é provável que a associação entre sucesso e perda de feminilidade seja responsável por esse resultado. Outros estudos, utilizando o mesmo método de Horner, chegaram a dados semelhantes com amostras diferentes (Alper, 1974; Monahan et al., 1974). Rossi (1965) aponta que as mulheres são ambivalentes diante da realização profissional, pelo fato de que esta quase sempre é entendida como incompatível com um relacionamento afetivo estável e com a maternidade. Bardwick (1971) do mesmo modo sugere que o conflito entre ser competente e ser amada está por trás da ambivalência feminina em relação ao trabalho fora do lar. Os estereótipos acerca da competência e das inclinações da mulher parecem ter papel importante tanto na avaliação que ela faz de si mesma como nas avaliações de outros. O sucesso da mulher tende a ser atribuído à sorte ou ao esforço mais que à habilidade (Feldman-Summers e Kiesler, 1974; Deaux e Emswiller, 1974). Uma mesma produção é avaliada mais favoravelmente quando atribuída a um homem do que quando atribuída a uma mulher (Goldberg, apud Bem e Bem, 1973). As pessoas não apenas tendem a perceber homens e mulheres de forma estereotipada, como também a considerar um maior número de características masculinas como mais desejáveis ou mais "sadias" (Broverman et al., 1972).

Essa linha de pesquisa representa verdadeiro desafio à criatividade de estudiosos das ciências humanas. As hipóteses até agora levantadas estão ainda por ser estudadas com diferentes grupos sócio-culturais. Variáveis tais como exercício de atividade profissional, por parte da mulher, as características do seu grupo familiar de origem, suas percepções de valores, seu grau de satisfação face a diversas situações de vida, e outras, precisariam ser investigadas.

Novas técnicas teriam que ser criadas para obter dados importantes acerca desse fatores. Outro aspecto que merece maior atenção refere-se aos determinantes da escolha vocacional das mulheres, responsáveis pela perpetuação de padrões tradicionais numa fase de intensa mudança sócio-econômica, como no caso do Brasil. É possível que, para as mulheres, operem mecanismos de seleção correspondentes àqueles que Cunha (1975) postula ao analisar a questão da democratização do ensino superior. O que se observa de modo geral é que elas se concentram nas carreiras de prestígio e remuneração mais baixas. Em parte isso ocorre porque elas não escolhem carreiras mais valorizadas socialmente na medida em que não aprenderam a ter aspirações mais ambiciosas. Mas é também possível que as carreiras que se "feminizam" tendam a perder prestígio aos olhos dos candidatos ao ensino superior. Touhey (1974) constatou que quando as pessoas são informadas de que a taxa de mulheres numa carreira tende a aumentar significativamente num determinado período futuro, essa carreira perde prestígio e desejabilidade para essas pessoas. Uma análise mais cuidadosa das razões que justificam as escolhas vocacionais de rapazes e moças, e de como são percebidas as diferentes carreiras, poderia contribuir para se compreender melhor porque as mulheres continuam a escolher apenas as profissões consideradas apropriadas ao sexo feminino. Além disso, investigações acerca da existência de discriminações sexuais em diferentes carreiras e instituições talvez mostrassem que as escolhas femininas se baseiam num certo senso de realidade — a maioria das mulheres não está disposta a encaminhar-se a uma atividade na qual aos obstáculos próprios da sociedade competitiva se acrescentem barreiras decorrentes de sua condição de mulher.

Várias outras alternativas de abordagem para explicar a situação da mulher no sistema de ensino e em outros setores importantes da vida social poderiam ser aventadas. Se não aceitarmos que as diferenças entre homens e mulheres nas escolhas vocacionais e no desempenho são biologicamente determinadas, teremos que buscar suas origens nas características aprendidas e nos valores de nossa cultura. Esse é um caminho mais difícil, mas sem dúvida muito mais promissor do ponto de vista científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALPER, Thelma G. 1974. Achievement motivation in college women: a now-you-see-it-now-you-don't phenomenon. *American Psychologist*, 29 (3): 194-203.
- ANAIS CIENTÍFICOS. 1973. *Brasil Universitário*, 18 (88/89). Ed. "Anais Científicos", São Paulo.
- BARDWICK, Judith e DOUVAN, Elisabeth. 1971. Ambivalence: the socialization of women. In Gornik, Vivian e Moran, Barbara K. (ed.). *Women in sexist society*: 147-159. Signet, New York.
- BARROSO, Carmen Lúcia de Melo e OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. 1971. *O madureza em São Paulo*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- BARROSO, Carmen Lúcia de Melo. 1975. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. *Ciência e Cultura*, 27 (6): 613-620.
- BARROSO, Carmen Lúcia de Melo. 1975. Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas? *Ciência e Cultura*, 27 (7): 703-710.

- BEISIEGEL, Celso de Rui. 1969. *O curso de química — estudos e perspectivas de trabalho*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. 1971. *O curso de física — estudos e perspectivas de trabalho*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- BEM, Sandra L. e BEM, Daryl J. 1973. O estudo do caso de uma ideologia não-consciente: preparando a mulher para conhecer seu lugar. In Bem, D. J. *Convicções, atitudes e assuntos humanos*: 151-168, trad. de Carolina Martuscelli Bori. Ed. Pedagógica e Universitária, São Paulo.
- BESSA, Nícia. 1971. *Testes de Desenvolvimento Educacional — Manual*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- BIANCHI, Ana Maria F. e PASTORE, José. 1972. *A regionalização do ensino superior em S. Paulo*. Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo / Secretaria de Economia e Planejamento, São Paulo.
- BIBER, Henry et al. 1975. *Feminization in preschool*. University of Louisville (mimeografado).
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. 1964. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Ed. de Minuit, Paris.
- BROPHY, Jere E. e GOOD, Thomas L. 1970. Teachers' communication of differential expectations for children's classroom performance — some behavioral data. *Journal of Educational Psychology*, 61 (5): 365-374.
- BROVERMAN, Inge K. et al. 1972. Sex-role stereotypes: a current appraisal. *Journal of Social Issues*, 28: 59-76.
- CARNEGIE COMMISSION ON HIGHER EDUCATION. 1973. *Opportunities for women in higher education*. McGraw — Hill Book Company, New Jersey.
- CARTER, Robert Scriven. 1952. How invalid are marks assigned by teachers? *Journal of Educational Psychology*, 43 (4): 218-228.
- CENTRE FOR ECONOMIC AND SOCIAL INFORMATION. 1974. *The situation and status of women today: some essencial fact*. United Nations.
- COMBER, L. C. e KEEVES, John P. 1973. *Science education in nineteen countries*. A Halsted Press Book, John Wiley and Sons, New York.
- CUNHA, Luis Antônio C. R. 1975. A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. *Debate e Crítica*, 5: 27-58.
- DEAUX, Kay e AMSWILLER, Tini. 1974. Explanations of successful performance on sex-linked tasks: what is skill for the male is luck for the female. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29 (1): 80-85.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. 1916. *Anuário estatístico do Brasil — 1º ano (1908-1912)*. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro.
- FELDMAN — SUMMERS, Shirley e KIESLER, Sara B. 1974. Those who are number two try harder: the effect of sex on attributions of causality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 30 (6): 846-855.
- FESHBACH, Norma D. 1969. Student teacher preferences for elementary school pupils varying in personality characteristics. *Journal of Educational Psychology*, 60 (2): 126-132.
- FLANAGAN, John C. 1969. Student characteristics: elementary and secondary — sex differences in ability. *Encyclopedia of Educational Research* (4ª ed.) The Macmillan Co., London.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. 1968. Democratização do ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 112 (50): 232-244.
- GOUVEIA, Aparecida Joly e HAVIGHURST, Robert J. 1969. *Ensino médio e desenvolvimento*. Ed. Melhoramentos/Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. 1970. *Professoras de amanhã: um estudo de escolha ocupacional*. Livraria Pioneira, São Paulo.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. 1972. *O empregado público e o diploma de curso superior*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- GUILFORD, J. P. 1967. *The nature of human intelligence*. Mc Graw-Hill, New York.
- HORNER, Matina. 1968. *Sex differences in achievement motivation and performance in competitive and non-competitive situations*. University Microfilms, Michigan.
- HUSIN, Torsten. (ed.). 1967. *International study of achievement in mathematics*. John Wiley and Sons, New York.
- MACCOBY, Eleanor E. 1966. Sex differences in intellectual functioning. In Maccoby, Eleanor E. (ed). *The development of sex differences: 25-55*. Stanford University Press, California.
- MEYER, William J. e THOMPSON, George G. 1956. Sex differences in the distribution of teacher approval and disapproval among sixth-grade children. *Journal of Educational Psychology*, 47 (7): 385-396.
- MONAHAN, Lynn et al. 1974. Intrapyschic versus cultural explanations of the "fear of success motive". *Journal of Personality and Social Psychology*, 29 (1): 60-64.
- PASTORE, José. 1972. *O ensino superior em São Paulo*. Cia. Ed. Nacional / Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PEREIRA, Sylvia Leser de Mello. 1971. *Psicologia — estudos e perspectivas de trabalho*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo.
- ROSENBERG, Fúlvia. 1975. A escola e as diferenças sexuais. *Cadernos de Pesquisa*, 15: 78-75.
- ROSSI, Alice S. 1965. Women in science: why so few? *Science*, 148: 1196-1202.
- SÃO PAULO. 1973. (Secretaria da Educação do Estado de S. Paulo, Coordenadoria do Ensino Básico e Normal, Divisão de Orientação Técnica, Serviço do Ensino Colegial Normal). *Sugestões para estruturação do Curso de Formação de Professores para o ensino da 1ª à 4ª série do 1º grau, a nível superior*. (Ex. mimeografado).
- SEARS, Pauline S. e FELDMAN, David H. 1966. Teacher interactions — with boys and with girls. *The National Elementary Principal*, 46 (2): 30-35.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1956. *Sinopse estatística do ensino médio — 1956*. MEC, Rio de Janeiro.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1956. *Sinopse estatística do ensino superior*. MEC, Rio de Janeiro.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1961. *Sinopse estatística do ensino médio — 1961*. MEC, Rio de Janeiro.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1961. *Sinopse estatística do ensino superior*. MEC, Rio de Janeiro.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1966. *Sinopse estatística do ensino superior*. MEC, Rio de Janeiro.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1969. *Sinopse do ensino médio — Brasil — Estados e Distrito Federal — 1966/65*. MEC, Rio de Janeiro.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1971. *Ensino superior*. MEC, Rio de Janeiro.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1972. *Sinopse do ensino médio — 1971*. MEC, Rio de Janeiro.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1973. *Ensino superior — 1972*. MEC, Rio de Janeiro.
- THORNDIKE, Robert L. 1973. *Reading comprehension education in fifteen countries*. John Wiley and Sons, New York.
- TOUHEY, John, C. 1974. Effects of additional women professionals on ratings of occupational prestige and desirability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29 (1) 86-89.
- WEISSTEIN, Naomi. 1971. Psychology constructs the female. In Gornik, Vivian e Moran, Barbara K. (ed.) *Women in sexist society*: 207-224. Signet, New York.
- ZUCKERMAN, Harriet e COLE, Jonathan R. 1975. Women in american science. *Minerva*, 13 (1): 82-102.

ANEXO

MÉDIA NO 2.º ANO DO 2.º CICLO SEGUNDO O SEXO, O TIPO DE ESCOLA, O TURNO, E O TIPO DE CURSO¹

	<i>Escola Oficial</i>		<i>Escola Particular</i>	
	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
DIURNO	7,5	7,6	7,0	7,4
Científico	7,6	7,6	7,0	7,4
Outros	7,5	7,6	6,9	7,4
NOTURNO	7,0	7,3	6,8	6,9
Científico	7,1	7,2	<i>a</i>	<i>a</i>
Outros	7,0	7,7	<i>a</i>	<i>a</i>
DIURNO E NOTURNO	7,1	7,4	6,9	7,1
Científico	7,1	7,4	6,8	7,3
Outros	<i>a</i>	7,4	—	<i>a</i>
Total	7,2	7,5	7,0	7,3

a = n < 10

— = categoria não existente

¹ candidatos do CESCEM, em 1975, que concluíram 2º ciclo em 1974.

[Recebido para publicação em novembro de 1975]